

Maria José Moura (Coord.)
Pedro Viciira de Almeida
Joaquim Macedo Portilheiro
Maria Teresa Calçada

LEITURA PÚBLICA

REDE DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

Relatório

L I S B O A

Secretaria de Estado da Cultura

Julho 1986

INTRODUÇÃO

1. No despacho nº 23/86, de 3 de Abril, a Senhora Secretária de Estado da Cultura determina que sejam definidas as bases de uma política nacional de leitura pública, a qual *"assentará fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas que a nível central e local, mais directamente as possam apoiar"*. Nele se nomeia o coordenador do grupo de trabalho a constituir, com o objectivo de preparar a *"planificação de uma intervenção nesta área"*. (anexo A).

No prazo de três meses, deverá o grupo de trabalho apresentar um primeiro relatório que aponte para *"medidas susceptíveis de serem tomadas de imediato no domínio orçamental e também no normativo, nomeadamente sobre a responsabilização repartida das administrações central e autárquica"*, e no prazo de oito meses, *"a proposta de uma política nacional participada de leitura pública..."*.

2. Tendo aceite com entusiasmo o desafio para corresponder à primeira iniciativa por parte de uma entidade governamental, no sentido de equacionar a problemática da leitura pública no nosso país, o grupo quer desde já salientar que o curto prazo que lhe foi concedido, a insuficiência de dados estatísticos fiáveis e a carência de estudos globais, focando períodos e aspectos diferenciados do universo em análise, condicionaram obviamente a elaboração do presente relatório.

3. No trabalho agora elaborado pretende-se:

- a identificação de uma rede de bibliotecas municipais, em diferentes fases de desenvolvimento, mas tendo por base o concelho;
- a atribuição de responsabilidades de intervenção a nível central, regional e autárquico;
- a definição de competências de um órgão central responsável pela orientação e acompanhamento das medidas de política para o sector;
- finalmente o cálculo e gastos previstos numa 1ª. fase para a cobertura do país.

É exclusivamente sobre as bibliotecas municipais do continente, consideradas como unidades base de uma rede de leitura pública, que se apresentam propostas de actuação e modelos de intervenção, susceptíveis de serem corrigidos pela experiência.

4. Da bibliografia consultada (anexo B) deve destacar-se o *"Guia das Bibliotecas Municipais"* (anexo C) - da responsabilidade da BAD e do IPPC e ainda em fase de publicação - como fonte actualizada e digna de crédito, pese embora as reconhecidas deficiências de informação por parte de algumas bibliotecas municipais. Foi a partir da ponderação dos dados por ele fornecidos que se quantificaram as propostas apresentadas neste relatório.

O grupo de trabalho assume que tais insuficiências se irão reflectir no presente relatório e espera que a divulgação do mesmo suscite debates e estudos, indispensáveis ao desenvolvimento dos planos aqui esboçados.

Posteriormente, ir-se-á então propor um plano faseado de acção e *"a articulação com os meios existentes e a criar"*. Estão neste caso as Bibliotecas Públicas e Arquivos Distritais, dependentes do IPPC, as que são orientadas pela DGEA ou por outros departamentos governamentais, o serviço de Bibliotecas pertencente a uma entidade privada - a Fundação Calouste Gulbenkian - assim como outras instituições que, embora trabalhando no mesmo campo, não são de gestão ou responsabilidade camarárias.

5. Até à nomeação do grupo, foi sobretudo a associação profissional - como aliás lhe competia - que mostrou interesse em alargar a discussão sobre a problemática da leitura pública a todos os que nela se têm que comprometer (anexo D). Mas, até muito recentemente, esta esteve ausente do discurso político e dos programas eleitorais dos diferentes partidos. E, no entanto, a leitura pública tem que constituir-se como parte integrante de um processo de desenvolvimento.

De facto, *"uma biblioteca pública só poderá ser entendida como tal se, ao assumir como objectivos a educação, a informação, a cultura e o lazer, tiver como finalidade contribuir para assegurar a qualidade de vida e fomentar a vivência de uma sociedade democrática tornando acessíveis os regis -*

tos da experiência humana e assim promovendo a livre circulação de ideias e de informação".*

É nesta perspectiva que o grupo pretende que o seu trabalho seja entendido.

* THE LIBRARY ASSOCIATION - Fins e objectivos da biblioteca pública. "Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação", Lisboa, 1, p. 89-94. Separata.

CONCEITOS OPERATIVOS

1. Sendo um dever do Estado, em articulação com os diferentes órgãos do poder regional e local, garantir a todos os cidadãos e em igualdade de circunstâncias, o acesso às fontes de informação, um serviço de leitura pública surge como instrumento indispensável na democratização da cultura, ao permitir a todos os indivíduos exercer livremente a sua capacidade de escolha e preparar-se efectivamente para participar no desenvolvimento da comunidade em que se inserem.
2. Não cabe neste relatório fazer uma dissertação teórica sobre o que se deve entender por "*leitura pública*". Importa, no entanto, enumerar os princípios básicos em que assenta a sua prática e nos quais se fundamenta o presente trabalho.

O problema da leitura é, como tantos outros, de ordem estrutural e não tem a ver apenas com as condições económicas da população, mas é o reflexo sobretudo do seu nível cultural médio. O papel da escola tem que considerar-se decisivo no aspecto da aprendizagem, mas é indispensável que os progressos no sistema educativo encontrem paralelo no desenvolvimento de uma rede de bibliotecas que cubra todo o território e se situem ao nível de concelho. De facto, é esta a unidade mais significativa em termos de organização administrativa e a que detém importantes responsabilidades de planeamento e de implementação de acções de desenvolvimento integrado. Daí decorre que as Bibliotecas Municipais deverão ser encaradas como instrumento privilegiado de uma política de leitura pública.

3. Essas bibliotecas de leitura pública devem possuir fundos bibliográficos que

- cubram, de forma equilibrada e coerente, todas as áreas do conhecimento, tomando em linha de conta as características sociológicas do meio em que se integram
- sejam pluralistas, para permitir o acesso a diversos pontos de vista sobre o mesmo tema, e ofereçam possibilidade de o abordar em diferentes graus de profundidade
- estejam sujeitos a uma regular actualização

4. Estes fundos bibliográficos, ao contrário do que tem sido hábito entre nós, devem estar organizados em estantes de livre acesso e de forma a provocar o interesse do leitor, facilitando a comunicação entre ele e o livro.

Para os depósitos das bibliotecas públicas serão remetidas as reservas e os documentos que, por diferentes motivos, se encontram retirados da normal circulação.

5. O empréstimo domiciliário é outra das bases em que assenta este tipo de bibliotecas. Por muito boas condições de consulta de presença que consigam oferecer, só o empréstimo domiciliário poderá assegurar a todos os cidadãos a liberdade de escolha do lugar, tempo e ritmo de leitura. A inexistência deste serviço priva, à partida, quase toda a população activa de usufruir os benefícios da biblioteca e limita a sua frequência a jovens estudantes e a idosos.

Estes públicos, como aliás todos os outros sectores da população, são muito importantes, mas ficam muito aquém da globalidade dos seus utilizadores potenciais, como já em 1972, os definiu o *Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas* (anexo E).

6. Na época moderna, as bibliotecas começam por organizar e conservar livros, a que se juntaram mais tarde os jornais, as revistas e as colecções de mapas, de postais, de gravuras. Hoje os documentos audio-visuais, por direito próprio, integram-se igualmente nas bibliotecas em todo o mundo, as quais - para além do tradicional suporte em papel - nos proporcionam o acesso a informação actualizada sob a forma de documentos não textuais, com dia positivos, discos, audio e videocassettes.

Perante a cada vez maior importância que assumem na nossa vida quotidiana, seria um erro grave de falta de visão, não os integrar progressivamente num plano de desenvolvimento das bibliotecas neste país, que deverão estar preparadas para uma futura diversificação dos seus suportes de informação.

7. Todas estas exigências da sociedade actual, e também uma correcta concepção do que deve ser o desenvolvimento cultural das comunidades, através dos seus próprios valores tradicionais e da forma integrada como se relacionam no seu seio, obrigam a biblioteca a manter-se em permanente ligação com as restantes instituições e agentes culturais (escolas, museus, associações) para benefício da comunidade. As actividades regulares de cooperação e a colaboração pontual com outros serviços, de âmbito local, regional ou nacional são indispensáveis às bibliotecas públicas, na prossecução dos seus objectivos.

Como todo o equipamento de base, a biblioteca municipal deve ter uma localização adequada, em zona central ou muito frequentada, e revestir-se de características específicas de conforto e funcionalidade, que lhe permitam conservar os seus habituais utilizadores e conquistar outros públicos potenciais. Um ambiente agradável e informal pode contribuir também para o seu êxito.

Uma biblioteca só pode sobreviver, crescer e alargar a sua influência se dispuser de pessoal técnico habilitado, que não só deve estar apto a realizar um correcto atendimento dos leitores, como a orientá-los quando para isso for solicitado.

AS BIBLIOTECAS DE LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL

BREVE RESENHA HISTÓRICA *

1. A Real Biblioteca Pública da Corte, criada por um alvará régio de 29 de Fevereiro de 1796, foi a primeira biblioteca portuguesa a receber oficialmente a designação de pública, com um fundo constituído principalmente pelas obras pertencentes à Real Mesa Censória: *"Ordeno que na Minha Corte, e Cidade de Lisboa se erija, e estabeleça logo uma Pública e bem provida Livraria"*.

Mas só mais tarde, como consequência das lutas liberais e do movimento de renovação de mentalidade que provocaram, se pode começar a falar na existência de bibliotecas públicas em Portugal, criadas essencialmente para conservar as livrarias dos conventos, mosteiros, colégios, etc., das ordens religiosas, extintas por decreto de 28 de Maio de 1834.

A primeira biblioteca que surgiu devido a esta situação foi a do Porto (1833), mas só a partir de uma circular de 25 de Agosto de 1836 se reconhece oficialmente a *necessidade* de, nas sedes de distrito, se criar uma biblioteca pública, a organizar com os bens pertencentes às livrarias das referidas ordens religiosas.

Assim são criadas bibliotecas públicas em Vila Real (1839), Braga (1841), Ponta Delgada (1845), Angra (1860), etc., consideradas porém como bibliotecas eruditas, *"destinadas aos estudos superiores ou ao ensino técnico"*.

2. Em 2 de Agosto de 1870 é promulgada uma lei da autoria de D. António da Costa, através da qual são criadas as bibliotecas populares (*"O povo aprende pouco a ler, mas lê ainda menos do que aprende"*), cuja necessidade é justificada no seu preâmbulo: *"a parte da população que já conseguiu a vitória do aprender, tem sede da leitura, e é necessário que os poderes públicos, de accordo com a acção municipal e com a iniciativa particular, lhe mitiguem essa sede"*.

Estas bibliotecas tinham por intuito *"desenvolver os conhecimentos das classes populares por meio da leitura moral e instrutiva"*, deviam existir pelo

menos na capital de cada concelho e ser mantidas a expensas das câmaras municipais. A leitura, gratuita, devia ser também domiciliária (*"a biblioteca entra-lhes por assim dizer em casa"*) e poder realizar-se nos dias feriados ou nas suas vésperas.

Esta lei, extremamente avançada para a época, não se revela de fácil execução e raros são os casos de municípios que criam as suas bibliotecas (Coimbra, 1892; Elvas, 1880; Santarém, 1880; Setúbal, 1873; etc.).

O legislador português foi sempre persistente e operoso e, mesmo com as bibliotecas públicas a funcionarem em condições deficientíssimas, determina que elas estejam abertas duas horas de noite (Jan. 1883).

Em 1887 é criada a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, o curso de Bibliotecário (ambos reorganizados em 1901) e é regulado o Depósito Legal.

3. As bibliotecas públicas, apesar da convincente legislação de que eram objecto, não conseguiam ter qualquer expressão no ambiente cultural e educativo do país.

A República não podia ignorar este problema, por issourgia que *"as Bibliotecas e Arquivos operem a cultura mental... destruindo a ignorância..."* visto que *"não é conservar os livros, mas torná-los úteis, o fim das bibliotecas"* e nesta perspectiva, na vigorosa linguagem da época, dizia o decreto com força de lei de 18 de Março de 1911:

"O franco acesso à Biblioteca, a ampla leitura domiciliária, as collecções móveis, as salas para crianças, a leitura no caminho de ferro, nos hospitais e nas prisões - esse conjunto de meios que, além de facilitar o livro, solicitam o leitor, offerecendo-lh'o em todas as condições, enviando-lh'o para todos os pontos, tem sido completamente posto à margem neste país".

As bibliotecas deviam ser *"palácios de leitura"*, com uma tríplice finalidade: ensinar, informar e distrair, sendo preciso instituir Bibliotecas Populares em cada município, de onde irradiariam bibliotecas móveis, para levar o livro a todas as aldeias, completando a acção da escola.

Pela primeira vez é também referida a importância de chamar a criança à biblioteca e estabelece-se claramente a diferença entre as Bibliotecas Eruditas (essencialmente conservação) e as Bibliotecas Populares, "*aquelas que reúnem os livros e publicações necessários à instrução do povo, à rápida informação e ao entretenimento*", onde devem existir salas especiais para crianças, realizar-se conferências (sessões de animação) e praticar-se o empréstimo domiciliário.

Este decreto consagra ainda a existência de bibliotecas móveis, constituídas por colecções de livros enviados pelas bibliotecas populares às diversas localidades da sua área, destinadas à leitura domiciliária, com intuito de promover a expansão do livro e a propaganda da leitura.

Através de um levantamento feito em 1919, sabe-se que existiam 68 bibliotecas municipais, das quais 12 em organização e 37 possuindo menos de 2.000 volumes.

Quanto às Bibliotecas Móveis (caixas-estantes contendo 100 livros), as estatísticas conhecidas dizem que das 50 constituídas, em 1920, por exemplo, funcionaram 24 e em 1926 apenas 19, com implantação reduzida.

4. Também o regime saído do 28 de Maio revelou logo no início alguma preocupação com o problema das bibliotecas, "*... um serviço de bibliotecas populares... com a modéstia compatível com os minguados recursos do Tesouro Público*", mas "*altamente proveitosas pela sua acção intensa e moralizadora*".

O Governo, através do decreto 13726, de 27 de Maio de 1927, afirma pretender "*lançar pelo país uma vasta rede de leitura e cultura popular*", mas vai fazê-lo centralizando na Biblioteca Popular de Lisboa a incumbência de "*realizar no país um serviço de leitura pública*".

Além dessa medida irrealista, ia-se já avisando que era "*absolutamente vedado fornecer ao público das Bibliotecas Populares quaisquer livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado...*".

Os nossos "*Diários de Governo*" constituem uma imensa necrópole de iniciativas legislativas falhadas, que na maior parte dos casos não passaram de pie

das intenções logo à partida condenadas ao fracasso.

Um caso exemplar é o do decreto 19952 de 27 de Junho de 1931, o qual, aparentemente, iria permitir a criação de uma rede de bibliotecas e arquivos portugueses e *"promover a educação pela leitura"*, mas cujo carácter fortemente centralizador não legitimava tais expectativas. *"A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos diligenciará estabelecer bibliotecas populares nas terras onde não existem bibliotecas municipais..."*.

Avançam-se algumas medidas ousadas mas que na prática não teriam qualquer repercussão (nem isso interessaria ao *"Estado Novo"*). Pretende-se combater o analfabetismo, defende-se, por exemplo, a necessidade da leitura domiciliária mas... *"com as convenientes cautelas e segurança..."*.

Pode-se afirmar com toda a certeza que a política cultural obscurantista do regime salazarista acabou por marginalizar totalmente as bibliotecas públicas (populares ou municipais) portuguesas.

Isso mesmo ressalta cruamente dos resultados de um inquérito sobre as bibliotecas municipais, destinado à elaboração do *"Roteiro das Bibliotecas e Arquivos de Portugal"*, que nos diz que, em 1958, dos 273 concelhos do continente apenas 66 possuíam bibliotecas em funcionamento.

As Bibliotecas Públicas e Arquivos Distritais - hoje dependentes do Instituto Português do Património Cultural - tendo de considerar-se pela sua dimensão e importância ao longo das últimas dezenas de anos, surgem no entanto mais como bibliotecas de conservação e não praticam o empréstimo domiciliário.

* Da autoria do Dr. Henrique Barreto Nunes, Bibliotecário da Biblioteca Pública de Braga, que está a fazer um estudo sobre o assunto.

SITUAÇÃO ACTUAL DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

1. Hoje, dos 275 concelhos do continente, apenas 97 - aproximadamente 35% - indicam possuir biblioteca exclusivamente municipal, ou com fundos municipais significativos *, sendo que a população desses municípios corresponde a cerca de 63% do total (ver quadro). Isto significa uma maior concentração de bibliotecas nas zonas mais densamente povoadas e de maior desenvolvimento. Saliênta-se que a população considerada é a da totalidade dos municípios e que a biblioteca se localiza na sede do concelho.
2. Na generalidade estas bibliotecas apresentam-se como bibliotecas de conservação:
 - normalmente instaladas em edifícios antigos, com espaços não adaptados para as funções de uma biblioteca de leitura pública;
 - sem prática do serviço de empréstimo domiciliário, nem de livre acesso às estantes;
 - com fundos bibliográficos reduzidos e desactualizados (em 1982, cerca de 90% possuíam menos de um livro por habitante do concelho e aproximadamente 85% indicavam aquisições anuais inferiores a 20 volumes); **
 - com funcionários em número reduzido e sem formação adequada (um relativo número de bibliotecas possuem técnicos auxiliares BAD, mas mais de 80% não possuem bibliotecário diplomado).

Em consequência desta situação constata-se que raras são as actividades de animação, escassa a colaboração com outras instituições e a cooperação inter-bibliotecas e poucas as bibliotecas que asseguram um serviço de informação e documentação local e regional.

* Os dados apresentados foram coligidos a partir do *Guia das Bibliotecas Municipais* e pressupõem os critérios nele estabelecidos para a caracterização das mesmas. Faz-se notar não ter ele considerado, para todos os efeitos, as que na prática funcionam exclusivamente como Bib. Gulbenkian.

Quando os dados expressamente se referem a 1982, isso significa que se reportam ao tratamento estatístico de algumas variáveis, feito a partir das respostas a um primeiro inquérito, entretanto actualizado em finais de 1985.

** Dados de 1982.

3. Em consequência da conjugação de todos estes factores negativos, as bibliotecas municipais têm servido reduzido número e restrictos sectores da população, estudantes e idosos (que as frequentam sobretudo para a leitura de periódicos) e alguns investigadores, nos casos em que as bibliotecas possuem fundos especiais.

Mas bibliotecas de leitura pública no moderno sentido de "*centros de documentação multimedia*", que ofereçam toda outra gama de suportes de informação, não existem entre nós.

4. Do que já foi dito, concluimos que os equipamentos existentes no nosso país, dependentes das autarquias locais, não podem considerar-se satisfatórios. A indefinição de objectivos, a escassez de meios financeiros e humanos, a falta de apoio técnico, a descoordenação das acções iniciadas aqui e além, são os principais motivos da ineficácia das nossas bibliotecas municipais.

Uma actuação urgente nesta matéria é tanto mais legítima quanto se sabe que, se há Câmaras Municipais que ainda não criaram a sua biblioteca, muitas outras há que a têm em fase de projecto e outras ainda, por falta de esclarecimento e apoio técnico, nelas já investiram verbas mais ou menos avultadas, sem que daí tenha resultado um efectivo benefício para vida dos municípios.

5. A experiência da leitura pública noutros países mostra que a existência de um novo equipamento concebido em moldes modernos e atractivos, que corresponda com eficácia às necessidades das populações, pode ser decisivo para criar o hábito da sua utilização.

Mas não se pode escamotear que a prática da leitura está ausente da vida da grande maioria da população portuguesa.

Alguns estudos têm sido feitos sobre este assunto, e no relatório da Comissão do Livro, recentemente realizado por determinação da Senhora Secretária de Estado da Cultura, o tema é claramente abordado. Aí se afirma, por exemplo, que "*tem faltado à política estatal do livro e da leitura uma orientação no sentido da cultura de massas que não só é própria de finais do séc. XX, como além disso, a não ser decididamente assumida, colocará o livro na categoria de objecto arcaico incapaz de concorrer com outros* *mass*

media. Ora tal risco, embora real entre nós, nada tem de inevitável, como se prova pelo facto de a leitura não ter diminuído, antes pelo contrário, nos países onde os media audio-visuais são infinitamente mais poderosos e difundidos do que em Portugal. O que pode suceder, porém, num país como o nosso, onde os hábitos da leitura são, por motivos conhecidos, muito baixos, é que esses hábitos nunca cheguem a desenvolver-se junto de amplas camadas da população que, entretanto, tem estado a aceder aos meios de comunicação cultural de massas".

Já também antes se concluiu que a intervenção do Estado tem-se caracterizado por uma excessiva orientação culturalista, isto é, "um acentuado privilégio ao livro definido como 'cultural' pela própria elite produtora", e se insistira também que "a intervenção ao nível de oferta editorial pode contribuir, pontualmente, para facilitar a venda de mais livros (cu manter as vendas de livros) aos mesmos leitores, mas em nada ou muito pouco afecta o nível global da leitura, pois esta só marginalmente depende dos preços, como se confirma no 'Relatório Final do Estudo dos Aspectos Económicos da Edição em Portugal', realizado por A. Varela e Ramos, para o IPL em Dezembro de 1984".

A apetência e a capacidade financeira de uma minoria da população para adquirir livros não exime o Estado - antes reforça a necessidade - de proporcionar a todos os cidadãos um serviço de leitura pública.

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DO CONTINENTE, POR DISTRITOS *

DISTRITOS			CONCELHOS COM BIBLIOTECA MUNICIPAL			
	Nº CONC.	POPULAÇÃO	Nº	% TOTAL	POPULAÇÃO	% TOTAL
AVEIRO	19	623.762	5	26,32	256.030	41,05
BEJA	14	186.340	4	28,57	72.557	38,94
BRAGA	13	700.728	5	38,46	424.936	60,64
BRAGANÇA	12	181.386	3	25,00	59.757	32,94
CAST. BRANCO	11	232.419	3	27,27	147.617	63,51
COIMBRA	17	442.885	4	23,53	231.256	52,22
ÉVORA	14	179.242	4	28,57	53.310	29,74
FARO	16	322.866	4	25,00	135.111	41,85
GUARDA	14	205.103	5	35,71	124.393	60,65
LEIRIA	16	422.821	6	37,50	258.002	61,02
LISBOA	15	2.061.627	8	53,33	1.673.902	81,19
PORTALEGRE	15	140.609	8	53,33	102.397	72,82
PORTO	17	1.550.806	12	70,59	1.217.249	78,49
SANTARÉM	21	455.351	7	33,33	207.938	45,67
SETÚBAL	13	649.053	8	61,54	499.820	77,01
V. DO CASTELO	10	253.525	5	50,00	179.168	70,67
VILA REAL	14	264.879	1	7,14	47.058	17,77
UISEU	24	420.766	5	20,83	152.750	36,30
TOTAL NACIONAL	275	9.294.168	97	35,27	5.843.241	62,87

* Censo de 1981

PLANO E PROPOSTAS DE ACÇÃO

DESCRIÇÃO

1. A insuficiência de estudos aprofundados e de experiências generalizáveis no domínio da leitura pública, em Portugal, levam a encarar com preocupação a necessidade de estabelecer parâmetros e modelos de intervenção. A adaptação à nossa realidade de normas já existentes em países mais desenvolvidos, que apenas agora vê criadas as condições para se iniciar verdadeiramente, só poderá resultar de uma experiência alargada no espaço e no tempo.

Em face das normas internacionais poder-se-ia ser acusado de falta de ousadia na eleição de objectivos. Pensa-se porém que seria irrealista e até desmobilizador programar desde já algo excessivamente ambicioso, de que resultasse um plano irrealizável.

No sentido de modificar esta situação o grupo propõe a criação de uma rede de bibliotecas, obedecendo a um conjunto de critérios que se julgam adequados à nossa realidade actual, mas cuja coerência e flexibilidade deverão ser postas à prova durante uma fase experimental. Assim se confirmará a sua validade, se possibilitarão desenvolvimentos e correcções e se evitará o risco de erros irreversíveis.

Não se avança de imediato com propostas de legislação porque, também neste caso, ela não pode substituir-se à prática, antes deverá sancioná-la e corrigi-la e ser o resultado de uma acção dinâmica e continuada por parte dos diversos intervenientes: poder central, autarquias, técnicos e populações envolvidas. No entanto, o plano proposto pressupõe a elaboração de diplomas legais que permitam a sua aplicação.

2. A implantação da rede de bibliotecas de leitura pública, de acordo com os princípios já explicitados neste relatório, tem que conceber-se, hoje e no nosso país, na base do concelho, integrando uma Biblioteca Municipal (BM) - dimensionada à partida para cumprir integralmente as funções que lhe são próprias - e Anexos em diferentes locais do concelho, conforme o número e a distribuição das comunidades que o integram.

Em alguns municípios, e durante um período transitório, prevê-se a existência de bibliotecas em fase embrionária de desenvolvimento, as quais dependerão de outras B.M. para o cumprimento dos objectivos que lhe são intrínsecos e que funcionarão tecnicamente como Bibliotecas Municipais Satélites B.M.S. , até atingirem a autonomia.

A relação entre a B.M. e uma ou mais B.M.S. , deverá ser regulamentada através de acordos sobre aspectos parcelares, ou com a celebração de convénios intermunicipais.

Conhecidas que são as múltiplas dificuldades das autarquias locais, torna-se evidente que o apoio técnico para a concepção e instalação deste tipo de equipamento específico, nos moldes em que agora é proposto, dificilmente será encontrado a nível local. Não obstante, e como em tantos outros domínios, são elas que melhor deverão conhecer e estar aptas a satisfazer as necessidades colectivas, pelo que as demais instâncias não poderão substituir-se-lhes. Compete ao poder central incentivar e apoiar este programa e para isso deve criar um serviço que o oriente e acompanhe, garantindo a execução de medidas de política global para o sector, assegurando o funcionamento do sistema em moldes coerentes.

Tanto este órgão de tutela como os municípios terão que contar a nível regional com apoios convergentes e adequados às acções próprias das respectivas esferas de intervenção. É assim necessário escolher bibliotecas de apoio regional e nomear delegados regionais, aptos a veicular solicitações e pareceres e a fazer o acompanhamento das acções.

3. Ao tentar caracterizar em termos funcionais as várias unidades que constituem a rede, o grupo de trabalho elaborou alguns programas-tipo de bibliotecas aqui designadas BM 1, BM 2 e BM Satélite.

Admite-se que Lisboa, Porto e Coimbra, pela necessidade de uma intervenção específica, não devem ser abordadas neste plano de desenvolvimento. Para os restantes concelhos do continente propõe-se a adopção dum conjunto de critérios que tenham em conta os dados demográficos, os fundos documentais, a construção, o equipamento e as necessidades em pessoal.

Nas BM, e em termos de espaço destinado ao público, o programa contempla um átrio, que poderá servir de local para exposições, as secções de adultos e infantil - distinguindo em ambas as zonas destinadas aos fundos de empréstimo, à consulta no local e aos periódicos - a secção de utilização de documentos audiovisuais e uma sala polivalente para actividades de animação. Em termos de zonas internas, distinguem-se as áreas de serviços técnicos, de oficinas de manutenção e de depósito. Indicam-se, para todas, áreas de circulação e de sanitários.

No cálculo das áreas teve-se em atenção a necessidade em lugares sentados para leitura formal e informal e, por outro lado, as existências em documentação de vários tipos, para os quais se faz um cálculo de crescimento anual.

Quanto a pessoal, considerou-se que um equipamento cultural com essas características só poderá funcionar eficazmente se contar pelo menos com um bibliotecário diplomado, apoiado por técnicos profissionais BAD e outros auxiliares.

Os cálculos elaborados para valores médios, tendo em vista a construção de bibliotecas com fundos de livre acesso, que vão de 10.000 a 20.000 volumes (BM 1) e 20.000 a 60.000 volumes (BM 2), serão passíveis de acréscimos variáveis - em termos de áreas de depósito e outras - tendo em conta a possibilidade de existência de anexos e de bibliotecas-satélite, que funcionarão com o seu apoio.

4. Os anexos são, por princípio, uma extensão da biblioteca "central", desta recebendo quase sempre as obras já tratadas e funcionando portanto, sob múltiplos aspectos e em termos de conjunto, como um sistema.

Dentro do espírito da proposta apresentada neste relatório, não foi considerado prioritário, no momento actual, estabelecer programas para equipamentos de maior porte, destinados às grandes cidades. Na quase totalidade dos casos, julga-se mesmo que deverá ser dada preferência, nos concelhos que possuam uma BM eficaz, à criação progressiva de Anexos, dentro de parâmetros a estabelecer posteriormente. Tendo em conta a realidade do país, crê-se que as populações serão mais bem servidas desta forma, quer habitem em bairros periféricos ou em freguesias isoladas.

5. As BM Satélites (Quadro III) possuirão de 5.000 a 10.000 volumes em livre acesso, pois se julga que abaixo desse nível não é possível conceber a existência dum fundo de tipo enciclopédico, coerente e diversificado.

Mesmo nessa fase de desenvolvimento já deverão possuir salas distintas para adultos e crianças. Uma zona de entrada comum, um pequeno espaço de utilização audio-video, um gabinete de trabalho e instalações sanitárias, fazem igualmente parte do programa-tipo. No caso, muito provável, de a curto prazo estas unidades resultarem da evolução dos desactualizados núcleos bibliográficos, de tamanho e interesse variável, instalados agora em defici-entes condições em tantos municípios e por eles designados - algo impropria-mente - como bibliotecas municipais, tornar-se-á necessário acrescentar a este programa-tipo um depósito com área suficiente para os armazenar e re-organizar em melhores condições. De salientar que uma adequada política de constituição de fundos, além da aquisição regular e periódica, pressupõe uma igualmente criteriosa eliminação, a realizar por especialistas em bibliografia.

6. Para a cooperação entre BM e BM S, poderá, nomeadamente, adoptar-se uma política comum de aquisições que permita a complementaridade de fundos biblio-gráficos, o respectivo tratamento técnico num único local, a posterior circulação de publicações por várias bibliotecas - quer através de um sistema de rotatividade, ou de simples depósito temporário de documentos - a cedên-cia de exposições itinerantes ou outros materiais que facilitem acções de animação em meios de mais fraco desenvolvimento.

É assim que uma biblioteca municipal que já se encontre dotada de instala-ções, de pessoal e de documentação em quantidade aceitável, poderá colabo-rar com outras de concelhos próximos ou da mesma zona geográfica. À medida que a BM S se for automatizando, transformando-se em BM 1 ou 2, a BM que lhe prestava serviços, usará ela próprias aqueles recursos para criar os anexos que se tornarem necessários no interior do concelho.

7. Para a prossecução dos objectivos duma política nacional de leitura pública, considera-se indispensável atribuir responsabilidade e competência le-gal a um organismo da Secretaria de Estado da Cultura, vocacionado e dimensionado para desempenhar essas funções, que planifique e dirija a intervenção do Estado no sector.

Competir-lhe-á assim promover estudos sobre a situação do país neste domínio, desenvolver métodos e modelos de intervenção junto das autarquias e de outras entidades com interesses eventualmente convergentes, no sentido de articular e otimizar as suas acções, preparar normas para a implantação e funcionamento da rede de bibliotecas municipais, que contemplem os vários aspectos apresentados neste relatório.

Deverá, por outro lado, encarregar-se da execução de acções concretas no terreno, através do trabalho de equipas que possam orientar e apoiar tecnicamente a resolução de problemas específicos quer se trate de construção e adaptação de edifícios, da constituição de fundos documentais, de actividades de cooperação, de animação, ou de recrutamento, formação e actualização de pessoal. Simultaneamente, deverá promover acções de sensibilização de autarcas e da população em geral, à problemática da leitura pública.

8. Entretanto, julga-se que uma articulação a nível regional assumirá importância determinante no plano da política a adoptar.

Será preciso inovar e, evitando copiar modelos alheios, considera-se possível designar, para esse efeito, bibliotecas de apoio regional e delegados regionais, representando estes o órgão de tutela, que os nomeia e suporta.

A biblioteca de apoio regional - por acordo a estabelecer - e, caso ela não exista, ao delegado regional, competirá:

- dar pareceres técnicos e fazer o acompanhamento dos programas a desenvolver pelas BM em ligação estreita com o órgão de tutela;
- promover a cooperação a nível regional - quer se trate de planear e equipar instalações, de permuta de catálogos, de intercâmbio de publicações, da constituição de fundos gerais e específicos, da formação profissional, de actividades de animação;
- propôr o estabelecimento de convénios e acordos das BM com editores e livreiros, escolas, instituições culturais e associativas, estabelecimentos hospitalares e prisionais, que permitam conquistar novos públicos ou intensificar o interesse pela leitura;
- apoiar a criação de secções de audio-visuais e a utilização de novas tecnologias nas BM;
- organizar ou aconselhar acções de protecção e salvaguarda de documentação em risco.

Em princípio, pode dizer-se que a nível regional, e com a orientação e o apoio do órgão de tutela, poderão de modo mais rápido e eficaz organizar acções, ou executar projectos que implequem a prestação de serviços de mai or exigência técnica e / ou de custos mais elevados em benefício de um con junto de BMs.

Terão possibilidades de dar esse apoio, não só diversas bibliotecas públi cas já com dimensão e apetência para serem associadas ao programa propos to, mas também algumas universidades que procuram justamente ser motores de desenvolvimento da sua região e estão já preparadas para, com esse ob jectivo, gerir e aplicar em acções concretas verbas provenientes dos fun dos europeus.

Se o delegado regional - que deverá ser um bibliotecário com provas da - das - não estiver sediado numa biblioteca de apoio, por inexistência des sas estruturas, caber-lhe-á, mesmo assim, levar tão longe quanto possível esse esforço de articulação, fazendo apelo à cooperação das estruturas e instâncias para acompanhamento das acções a desenvolver.

9. Embora a falta de tempo conduza a que, neste relatório, não possam ser a bordadas em pormenor, faz-se notar que, pertencendo ao sector, poderão co existir ainda, no espaço do concelho e em resultado da acção das mais va riadas instituições, outras pequenas unidades possuidoras de documentação, instaladas em escolas, hospitais, prisões, lares da terceira idade, empre sas e associações de todo o tipo, que neste caso e para evitar equívocos ~~conceptuais, se designarão~~ como postos de leitura.

Na sua grande maioria, a reduzida dimensão, a escassez de obras actuais e a carência de organização e pessoal, revelam uma insuficiência generaliza da de recursos de que resulta a incapacidade de satisfazer os seus leito res ou conquistar outros.

Não se pode deixar de fazer justiça ao trabalho desenvolvido neste domí nio sobretudo pela Direcção-Geral de Educação de Adultos (DGEA).

À guarda das mais variadas colectividades, inseridas portanto na malha mais fina do tecido social, poder-se-ão encontrar, por todo o país, essas "bi bliotecas", ou melhor, fundos bibliográficos de tamanho e interesse variá

vel. Algumas destas "bibliotecas" - ou por mérito da acção que conseguiram realizar, ou porque se destinam a públicos específicos e, na maior parte das vezes, porque se encontram em núcleos populacionais a muitos quilómetros de distância e não facilmente acessíveis - deveriam ser encaradas como pequenas unidades susceptíveis de apoio.

Há pois que estudar as formas de valorizar e aproveitar da melhor maneira todo esse esforço, criando-lhes condições para sobreviver e actuar com mais eficácia no meio em que se inserem, como núcleos que também são de uma rede mais apertada de leitura.

10. Por outro lado, a nível nacional, a tendência será para se progredir na cooperação, em especial em certos aspectos técnicos de funcionamento das bibliotecas de leitura pública, sobretudo nos que envolvam avultados recursos e inovações tecnológicas, como será o processo de informatização e a produção e difusão de documentos audio-visuais. Poderá então, e até por medida de economia, recorrer-se a um centro especializado no apoio a bibliotecas públicas *.

Outras formas de cooperação deveriam ser mais desenvolvidas em Portugal para que delas pudesse beneficiar também no contexto internacional, nacional e regional este tipo de bibliotecas.

Pode citar-se a título de exemplo, o empréstimo inter-bibliotecas, os catálogos colectivos e a base de dados bibliográficos. Mas forçosamente e como instrumento mais adequado e já imprescindível, nos nossos dias, do todo e qualquer progresso neste domínio, há que estudar as modalidades de utilização dos meios informáticos e do recurso às novas tecnologias.

11. Como se tem vindo a explicitar, num plano de leitura pública à escala nacional, o Estado assume-se como promotor, cabendo à autarquia a responsabilidade da sua própria biblioteca, devendo assegurar o seu desenvolvimen-

* São muito variadas as soluções que noutros países foram adoptadas, desde a criação de centros de recursos, como o NBLC nos Países Baixos, até ao apoio, em países menos desenvolvidos, das bibliotecas nacionais ou universitárias.

to como organismo cultural vivo e interveniente.

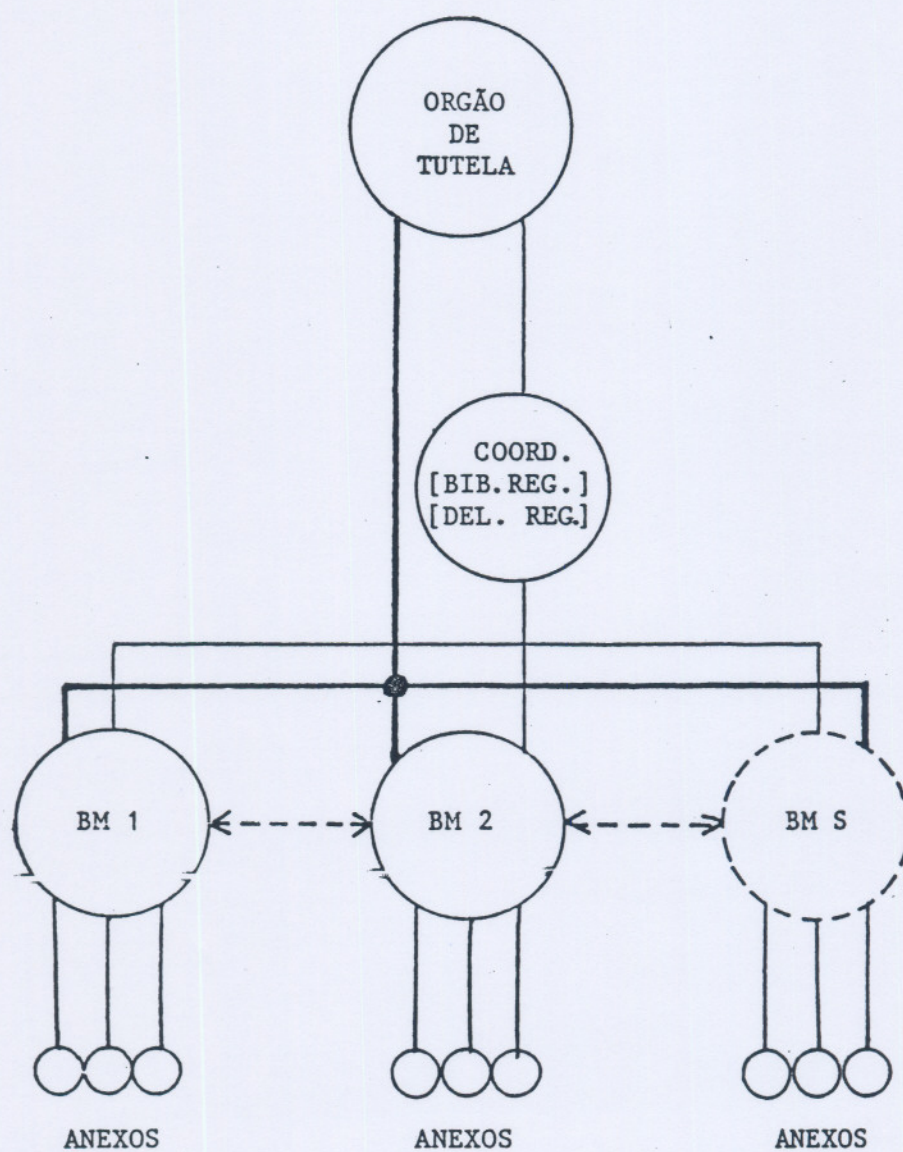
O apoio a conceder pelo poder central às bibliotecas municipais deve ser condicionado previamente a três requisitos básicos. Antes de mais as bibliotecas deverão ser dotadas de *técnicos com formação específica*, aptos a assegurar-lhes um correcto funcionamento e a optimizar o investimento que nelas se faça. Com isto também se relacionam os dois outros requisitos: devem ser concebidas e organizadas de forma a permitir o *livre acesso* às estantes classificadas e a prática do *empréstimo domiciliário*. Sem que estas condições estejam criadas ser-lhes-á difícil, para não dizer impossível, cumprir eficazmente a sua função de instrumento privilegiado para difundir conhecimentos e ideias e permitir livremente a todos os cidãos, de qualquer idade, condição social ou económica, melhorar a sua formação, obter informações indispensáveis à vida quotidiana ou simplesmente ocupar os tempos de lazer.

12. Desde que estes princípios fundamentais sejam respeitados, o estado e as autarquias poderão estudar as formas possíveis de conseguir em conjunto cumprir os objectivos duma política de leitura pública, repartindo responsabilidades e despesas na execução do plano apresentado.

O grupo propõe, no entanto, que à semelhança do que foi feito em França em circunstâncias análogas, a comparticipação do Estado fique sempre dependente da obediência, por parte das autarquias, aos programas mínimos entretanto estabelecidos para as bibliotecas de leitura pública. Assim, o presente relatório contém desde já propostas concretas nesse sentido.

Em qualquer dos casos, o apoio concedido deverá ser também proporcional ao investimento que a autarquia tenha feito nos últimos anos, ou se comprometa a fazer nos próximos, com o seu sistema de bibliotecas.

ESQUEMA ORGÂNICO



1. A atribuição ao município de responsabilidade da sua própria biblioteca vai ter imediatas implicações na concepção da rede, seu faseamento e necessariamente na avaliação dos custos correspondentes.

Concretamente a nível metodológico a atitude adoptada correspondeu à constatação de uma genérica falta de experiência neste sector bem como à falta de orientações prévias, ou sequer de dados fiáveis que permitissem obter uma avaliação exacta da situação existente.

Assim, admitiu-se utilizar uma metodologia particular, articulada sobre mínimos de informação no que respeita a dados de base e sobre mínimos de enquadramento no que respeita a orientações tomadas a níveis superiores de planeamento.

A análise feita à situação nacional revelou que dos 9.600 mil portugueses em território continental cerca de 5.200 mil não têm acesso à leitura pública (Quadro II).

Em relação aos concelhos verifica-se que, dos 275 existentes, 230 não têm Biblioteca Municipal, cumprindo as funções que o conceito de leitura pública implica (Quadro II).

Em termos de índices globais esta situação fica caracterizada pelo facto de a média nacional da razão concelhos sem biblioteca / totalidade de concelhos ser equivalente a 0,84, o que é extremamente elevado, e pelo facto de o índice população sem biblioteca / totalidade da população * ser igual a 0,54 (Quadro II).

A diferença considerável entre estes dois índices fica a dever-se à acentuada assimetria na distribuição populacional.

2. Pretendendo-se ponderar a caracterização dos diferentes distritos em termos de acesso à leitura pública, procedeu-se à análise das bibliotecas mu

* Este índice refere-se à totalidade da população do concelho.

nicipais existentes a partir, como se referiu, dos dados constantes no "*Guia das Bibliotecas Municipais*" e aproveitando ainda do conhecimento directo de grande parte dessas bibliotecas.

Assim foi feita a análise de 97 bibliotecas, segundo parâmetros que pareceram suficientemente significativos e que foram: a data de abertura, o quadro de pessoal, a existência de fundos bibliográficos gerais, a existência de fundos especiais, a prática de empréstimo domiciliário. Ainda foi ponderada a existência de novas instalações ou a instalação em edifício recente (Quadro I).

A partir do Quadro I, que permitiu estabelecer quais as bibliotecas a serem efectivamente consideradas numa análise global da situação, foi construído um novo quadro, relacionando em cada distrito fundamentalmente os concelhos sem bibliotecas com a totalidade da população (Quadro II).

A leitura deste quadro permite estabelecer uma hierarquia de situações a nível distrital, bem como conhecer os valores resumo, anteriormente indicados.

De salientar ainda a situação francamente negativa dos distritos de Aveiro, Évora, Guarda, Vila Real e Viseu nos quais os indicadores gerais da situação são do tipo AA, quer dizer, a mais grave carência de meios de leitura pública, havendo oito distritos, Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém e Viana do Castelo que têm o nível AB, isto é, ainda gravemente carentes neste sector.

Com nível mais elevado, surgem três distritos, Lisboa, Porto e Setúbal, de nível BC, não se verificando nenhum distrito com um nível de cobertura CC.

3. Partindo das categorias tipológicas que foram estabelecidas, isto é, BM 1, para corresponder a uma população máxima de 10.000 habitantes, BM 2, para corresponder a uma população de 10.000 a 60.000 habitantes, verifica-se existir em Portugal a necessidade de implantar 68 bibliotecas do primeiro tipo e 162 do segundo.*

* Bibliotecas para servir aglomerados com mais de 60.000 habitantes não foram consideradas, nos termos indicados no ponto 4 do capítulo anterior.

Das 68 BM 1, 5 unidades dispõem de instalações adequadas, apenas necessitando de apoio técnico e constituição de fundos.

Nas mesmas circunstâncias se encontram 12 BM 2.

A partir da definição de programas correspondendo a cada tipo de biblioteca (Quadros III, IV e V) foi possível estimar o custo total de cada uma (Quadro V).

4. Obtido este valor passou-se à estimativa do valor global de custos.

Considerando apenas 63 unidades BM 1 e 150 unidades de BM 2, verifica-se o seguinte quadro para a realização de infraestruturas:

	Áreas m ²	Custo Unitário	Nº de unidades	Custo Total
BM 1	485	29.100 c	63	1.833.300 c
BM 2	1.039	62.340 c	150	9.351.000 c
Total da construção sem equipamento				11.184.300 c

Para mobiliário e outro equipamento obtêm-se os seguintes valores:

	Custo unidade	Nº de unidades	Custo total
BM 1	3.243 c	63	204.309 c
BM 2	6.647 c	150	997.050 c
Totais		213	1.201.359 c

Para dotação de fundos obtem-se o quadro:

	Custo Fundo/Unidades	Nº de unidades	Total
BM 1	12.600 c	68	856.800c
BM 2	32.000 c	162	5.184.000c
Totais		230	6.040.800c

Os custos globais para lançamento da rede BM em termos de infraestruturas podem ser assim contabilizados:

Construção	11.184.300 c
Equipamento	1.201.359 c
Fundos	6.040.800 c
TOTAL	18.426.459 c

O que corresponde aos custos iniciais para o lançamento de uma completa rede nacional de leitura pública.

No entanto, considera-se que este valor terá de ser ponderado em função de uma estratégia possível de implementação dessa rede, o que implica re correr à noção de Biblioteca Satélite (Quadro III).

A Biblioteca Satélite atrás definida pressupõe para a sua implantação um gasto da ordem dos 6.500 contos.

5. Considera-se que cerca de 70% das bibliotecas a instalar passarão nece sariamente pela fase de Biblioteca Satélite o que significa que se obte rão 19 BM 1, 45 BM 2 e 166 BMS.

Acresce que das BMS se estima que apenas 30% necessitarão de imediato de edifício de raiz, sendo as restantes 70% instaladas provisoriamente o que, implicando riscos em termos de relação urbana, parece ser uma situação realista.

Assim, do total das 166 BMS, considera-se que 113 ficarão em locais provisórios e apenas 50 se instalam, exigindo despesas de construção.

6. O quadro geral das bibliotecas a lançar, fica assim caracterizado:

	nº unid.	custo unit.	custo p/ tipo
BM Satélite (instalação provisória)	116	6.543c	758.988 c
BM Satélite (const. de edifício)	50	16.143c	807.150 c
BM 1	19	44.943c	853.917 c
BM 2	45	100.987c	4.544.415 c
Total de custos			6.964.470 c

Este valor é significativamente mais reduzido e acredita-se dispôr de maior realismo do que o valor anteriormente apontado.

Note-se ainda que a meta assim definida já será apreciável tendo em atenção, por exemplo, a divergência de valores entre os índices de satisfação e a realidade que se encontra em países mais evoluídos neste sector, como por exemplo a França, em que esta relação se cifra em cerca de 1/3.

Ainda se sublinha que em princípio as despesas devem ser asseguradas pelas autarquias, estimando-se em cerca de 50% o contributo do poder central, o que reduz a verba acima indicada a 3.482.235 contos.

Num plano de 5 anos aquela verba corresponderá a um investimento anual de 696.447 contos.

É admissível que no primeiro ano de lançamento a verba efectivamente gasta corresponda a metade do investimento anual considerado: 348.223 contos.

A outra metade seria assim distribuída pelos 4 anos remanescentes o que vai agravar cada um deles no valor de 87.056 contos.

7. Os valores base indicados para os cinco anos de lançamento de uma rede nacional de leitura pública, referem-se exclusivamente aos gastos com edifícios, equipamentos e fundos bibliográficos iniciais, ficando de fora os referentes aos gastos com aquisições e com pessoal quer em termos de vencimentos quer em termos de formação.

Para estimar estes últimos há que considerar que globalmente foram propostas:

BM Satélite 166, BM 1 19, BM 2 45

8. A partir das estimativas apresentadas no quadro 6, obtêm-se os seguintes valores para despesas com aquisições anuais:

	nº unidad.	Aquisições anuais/unidade	despesas/ano
BM Satélite	166	600 c	99.600 c
BM 1	19	1.320 c	25.080 c
BM 2	45	2.720 c	122.400 c
Despesa Total			247.080 c

Este valor anual de 247.080 c. traduz-se, em 5 anos, numa verba de 1.235.400 c.

Considerando uma comparticipação de 50% por parte do Estado, os encargos calculados serão, respectivamente, 123.540 c. por ano e 617.700 c. para o total de 5 anos.

Admitindo, para o primeiro ano, o investimento de apenas metade do valor estimado, obtêm-se o encargo inicial de 61.770 c. agravando-se a despesa de cada um dos restantes quatro em 15.443 c..

9. A partir das indicações constantes nas tábuas respectivas (Quadro I, Quadro II, Quadro III) pode-se construir o seguinte quadro de necessidades em pessoal:

	BMS	BM 1	BM 2
	166	19	45
Auxiliares	-	19	90
Técnicos Prof. BAD	166 332	57	270
Bibliotecários	-	19	45 90

Considerando valores médios para os Tec. Prof. BAD nas BMS e para os bibliotecários nas BM 2 obtêm-se:

Téc. Prof. BAD - 249

Bibliotecários - 68

Globalmente vão então criar-se 772 postos de trabalho assim repartidos:

Auxiliares - 109

Técnicos Profissionais BAD - 576

Bibliotecários - 87

Admitindo o encargo anual em salários da ordem de:

420 c/ano Auxiliar	(x 109).....	45.780 c.
560 c/ano Técnico Profissional BAD	(x 576).....	322.560 c.
840 c/ano Bibliotecário	(x 87).....	73.080 c.
obtem-se a verba global		441.420 c.

Este encargo será também distribuído por 5 anos o que reduz a verba para 88.284 c. no primeiro ano, 176.568 c. no segundo ano, 264.852 c. no terceiro ano, 353.136 c. no quarto ano, atribuindo-se o valor de 441.420 c. apenas no quinto ano.

Esta verba é atribuída às autarquias.

10. Como agravamento de custos há, no entanto, que contar com a programação e execução de acções formativas de pessoal sobretudo técnicos profissionais BAD e bibliotecários com formação específica.

Numa acção desenvolvida ao longo dos 5 anos de implementação deste plano, haveria que considerar a necessidade de formação de cerca de 50 técnicos profissionais BAD/ano, e de 15 bibliotecários/ano.

Considerando os custos unitários médios de 95 contos por formação de técnicos profissionais BAD *, e 20 contos por formação especializada de bibliotecários, verifica-se haver a necessidade de um investimento suplementar da ordem dos 4.750 contos/ano para formação de técnicos profissionais BAD e 300 contos/ano para formação específica de bibliotecários.

11. Como quadro resumo de gastos por parte do Estado no primeiro ano do lançamento do Plano, temos:

Construção, equipamento e fundos iniciais	348.233 c.
Aquisições	61.770 c.
Formação de pessoal	4.750 c.
TOTAL	<u>414.743 c.</u>

* A verba atribuída corresponde à formação de pessoal dentro de uma reformulação actualmente em estudo do curso de técnicos profissionais BAD no sentido de lhes dar preparação mais adequada.

AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS *

	CONCELHO	DATA ABERTURA	QUADRO PESSOAL	FUNDOS GERAIS	FUNDOS ESPECIAIS	EMPRÉST. DOMIC.	NOVAS INSTAL.	AVALIAÇÃO
AVEIRO	ÁGUEDA	-	3	1	+	+		2
	AROUCA	-	3	1	-	-		2
	AVEIRO	-	-	-	-	-		-
	FEIRA	-	-	-	-	-		-
	S. JOÃO MAD.	1961	4	-	-	-		-
BEJA	ALMODÔVAR	1983	2	-	-	+		-
	ALVITO	-	5	1	+	+		3
	BEJA	1874	2	3	+	-		3
	MOURA	1968	3	-	+	+		-
BRAGA	BARCELOS	189-	2	3	+	-		3
	ESPOSENDE	1984	5	2	+	+		4
	FAFE	1982	3	1	-	+		2
	GUIMARÃES	1884	2	3	-	-		2
	V. N. FAMALICÃO	1911	2	3	-	-		3
BRAGANÇA	M. CAVALEIROS	1985	3	2	-	+		2
	MIRANDELA	1980	5	3	-	+	+	4
	VILA FLOR	1947	1	3	+	+		2
C. BRANCO	CASTELO BRANCO	1911	3	-	-	+		-
	COVILHÃ	-	3	3	-	+		3
	FUNDÃO	-	2	2	-	-		2
COIMBRA	COIMBRA	1923	5	5	+	+		5
	FIG. FOZ	1910	4	5	+	+	+	4
	LOUSÃ	1868	5	3	+	+		4
	MIR. CORVO	-	1	1	-	+		1

	CONCELHO	DATA ABERTURA	QUADRO PESSOAL	FUNDOS GERAIS	FUNDOS ESPECIAIS	EMPRÉST. DOMIC.	NOVAS INSTAL.	AVALIAÇÃO
ÉVORA	ESTREMOZ	1880	1	-	-	-		-
	MONT. NOVO	1983	4	1	+	-	+	3
	VIANA AL.	1980	1	2	+	+		2
	VILA VIÇOSA	-	1	1	+	+		1
FARO	FARO	1902	3	3	-	-		3
	PORTIMÃO	1942	5	2	+	+		4
	SILVES	1982	3	1	+	+		3
	TAVIRA	1894	3	1	-	-		2
GUARDA	GOUVEIA	1982	3	1	+	+		3
	GUARDA	1880	2	2	-	-		2
	PINHEL	1938	1	2	-	-		2
	SABUGAL	1981	3	2	-	+		3
	SEIA	1978	3	1	-	-		2
LEIRIA	ALCOBAÇA	1970	1	2	+	-		2
	C. RAINHA	1960	3	3	+	+		3
	LEIRIA	1955	5	3	+	+		3
	M. GRANDE	1963	3	1	-	+		2
	ÓBIDOS	1985	1	1	-	+		1
	PENICHE	1979	3	1	+	+		2
LISBOA	AMADORA	1982	4	2	-	-	+	3
	CASCAIS	1930	3	3	-	+		3
	LISBOA	1931	5	5	+	+		5
	MAFRA	1943	3	1	+	-		2
	OEIRAS	1956	5	3	+	+		4
	SINTRA	-	3	4	+	+		4
	TORRES VED.	1934	2	2	-	+		2
	V. F. XIRA	1947	3	3	+	+		3

	CONCELHO	DATA ABERTURA	QUADRO PESSOAL	FUNDOS GERAIS	FUNDOS ESPECIAIS	EMPRÉST. DMIC.	NOVAS INSTAL.	AValiação
PORTALEGRE	CAMPO MAIOR	1953	2	1	+	+		2
	CASTELO VIDE	1982	1	2	-	+		2
	CRATO	1980	1	1	-	+		1
	ELVAS	1880	4	5	-	+		4
	FRONTEIRA	1983	3	2	+	+		3
	NISA	1982	3	1	-	+		3
	PONTE SÔR	1959	1	1	-	+		1
	PORTALEGRE	1925	3	2	+	+		3
PORTO	AMARANTE	1982	2	2	+	-	+	2
	FELGUEIRAS	-	3	1	-	-		2
	M. CANAVEZES	1954	-	-	-	-		-
	MATOSINHOS	1942	5	4	+	+		4
	PAÇOS FERREIRA	1963	-	-	-	-		-
	PAREDES	1982	3	2	+	+		2
	PENAFIEL	1917	2	3	-	-		2
	PORTO	1833	5	5	+	+	+	5
	PÓVOA VARZIM	1880	2	3	-	-		3
	SANTO TIRSO	1952	3	2	+	+		3
	VILA CONDE	1953	-	-	-	-		-
	VILA N. GAIA	1933	5	4	+	+	+	5
SANTARÉM	CARTAXO	1956	1	2	-	+		2
	CHAMUSCA	1986	2	1	+	-		2
	GOLEGÃ	1981	3	-	-	+		-
	MAÇÃO	1941	2	1	+	-		1
	RIO MAIOR	1981	2	1	-	+		2
	SANTARÉM	1880	3	5	+	+	+	4
	TOMAR	1969	2	4	+	+		3
	TORRES NOVAS	1937	3	2	-	-		2

	CONCELHO	DATA ABERTURA	QUADRO PESSOAL	FUNDOS GERAIS	FUNDOS ESPECIAIS	EMPRÉST. DOMIC.	NOVAS INSTAL.	AVALIAÇÃO
SETÚBAL	ALCÁCER SAL	1985	3	1	+	-		3
	ALMADA	1977	5	3	+	+	+	4
	BARREIRO	1964	5	3	+	+	+	4
	MONTIJO	1985	3	3	+	+	+	3
	SEIXAL	1971	5	2	-	+		3
	SESIMBRA	-	-	3	-	-		-
	SETÚBAL	1874	2	4	+	+		3
	SINES	1978	3	1	-	-	+	2
VIANA DO CASTELO	A. VALDEVEZ	1973	2	1	+	+		1
	PAREDES COURA	1985	-	-	-	-	+	-
	PONTE BARCA	1982	-	-	-	-	+	-
	PONTE LIMA	1722	2	3	-	-		3
	VIANA CASTELO	1912	3	3	+	+		3
VILA REAL	CHAVES	1929	2	2	-	-		2
VISEU	CINFÃES	1976	-	1	-	-		-
	S. PEDRO SUL	1983	2	1	-	+		2
	TABUAÇO	1882	3	2	-	+		2
	WISEU	1864	2	4	+	+		3
	VOUZELA	1985	-	-	-	-		-

* Esta avaliação foi realizada a partir dos dados fornecidos pelas 97 bibliotecas incluídas no *Guia das Bibliotecas Municipais*, e valorizando os seguintes itens:

- a) data de abertura
- b) quadro de pessoal
- c) dimensão dos fundos gerais
- d) existência de fundos especiais
- e) prática do empréstimo domiciliário
- f) novas instalações

Quanto a pessoal foram considerados os escalões

- 1- c/ pessoal indiferenciado
- 2- c/ pessoal técnico auxiliar

- 3- c/ pessoal técnico auxiliar BAD
- 4- c/ pessoal técnico auxiliar BAD + licenciado
- 5- c/ pessoal técnico auxiliar BAD + bibliotecário

Quanto à dimensão dos fundos gerais

- 1- c/ menos de 5.000 v.
- 2- de 5.000 a 10.000 v.
- 3- de 10.000 a 30.000 v.
- 4- de 30.000 a 60.000 v.
- 5- mais de 60.000 v.

Entraram igualmente como factores de ponderação, tendo-se registado com o sinal +, os casos positivos de prática do empréstimo domiciliário, a existência de fundos especiais e de novas instalações e a data de abertura.

Nos cálculos foram consideradas as bibliotecas a partir do valor 3.

DISTRITOS	Nº DE CONCELHOS	TOTAL DE POPULAÇÃO *	CONCELHOS COM BM	POPULAÇÃO * ABRANGIDA	CONCELHOS SEM BM / TOTALIDADE DOS C.	POPULAÇÃO SEM BM / TOTALID. DA POP.	SITUAÇÃO TIPO **	ÍNDICE DE ANalfabetismo	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
AVEIRO	19	648,0	-	0	1,00	1,00	A A	23,9	47,1
			TOTAL	0					
BEJA	14	184,0	Alvito	2,9	0,86	0,78	A B	39,2	100,4
			Beja	37,3					
			TOTAL	40,2					
BRAGA	13	747,7	Barcelos	109,4	0,77	0,66	B B	27,4	34,9
			Esposende	30,2					
			V.N. Famal.	112,3					
			TOTAL	251,9					
BRAGANÇA	12	186,9	Macedo C.	21,9	0,83	0,73	A B	32,5	69,4
			Mirandela	29,3					
			TOTAL	51,2					
C. BRANCO	11	230,3	Covilhã	59,9	0,91	0,74	A B	35,8	110,6
			TOTAL	59,9					
COIMBRA	17	444,7	Coimbra	141,6	0,82	0,52	A B	27,0	77,8
			F. Foz	59,7					
			Lousã	13,3					
			TOTAL	214,6					
ÉVORA	14	178,3	Montemor N.	20,0	0,93	0,89	A A	33,4	92,5
			TOTAL	20,0					
FARO	16	334,6	Faro	46,7	0,81	0,66	A B	-	-
			Portimão	35,6					
			Silves	32,5					
			TOTAL	114,8					

DISTRITOS	Nº DE CONCELHOS	TOTAL DE POPULAÇÃO *	CONCELHOS COM BM	POPULAÇÃO * ABRANGIDA	CONCELHOS SEM BM/ TOTALIDADE DOS C.	POPULAÇÃO SEM BM/ TOTALID. DA POP.	SITUAÇÃO TIPO **	ÍNDICE DE ANALFABETISMO	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
GUARDA	14	202,4	Gouveia	18,7	0,86	0,82	A A	31,7	98,5
			Sabugal	18,6					
			TOTAL	37,3					
LEIRIA	16	432,5	C. Rainha	42,2	0,88	0,67	A B	29,2	62,5
			Leiria	99,3					
			TOTAL	141,5					
LISBOA	15	2.113,4	Amadora	167,3	0,60	0,22	B C	-	-
			Cascais	144,5					
			Lisboa	825,3					
			Oeiras	152,5					
			Sintra	271,2					
			V.F. Xira	90,0					
			TOTAL	1.650,8					
PORTALEGRE	15	140,5	Elvas	24,6	0,73	0,53	B B	36,1	116,9
			Fronteira	4,4					
			Nisa	10,6					
			Portalegre	26,9					
			TOTAL	66,5					
PORTO	17	1.629,4	Matosinhos	142,4	0,71	0,46	B C	-	-
			Porto	341,4					
			P.Varzim	56,6					
			S. Tirso	97,5					
			V.N.Gaia	236,1					
			TOTAL	874,0					
SANTARÉM	21	460,0	Santarém	63,7	0,86	0,68	A B	29,0	83,0
			Tomar	46,3					
			T. Novas	37,9					
			TOTAL	147,9					

DISTRITOS	Nº DE CONCELHOS	TOTAL DE POPULAÇÃO *	CONCELHOS COM BN	POPULAÇÃO * ABRANGIDA	CONCELHOS SEM BN/ TOTALIDADE DOS C.	POPULAÇÃO SEM BN/ TOTALID. DA POP.	SITUAÇÃO TIPO **	ÍNDICE DE ANalfabetismo	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
SETÚBAL	13	723,0	Almada	162,2	0,62	0,30	B C	-	-
			Barreiro	96,7					
			Montijo	40,5					
			Seixal	97,9					
			Setúbal	108,0					
			TOTAL	505,3					
V. CASTELO	10	263,5	Ponte Lima	44,9	0,80	0,51	A B	29,9	66,1
			V. Castelo	83,1					
			TOTAL	128,0					
VILA REAL	14	266,0	-	0	1,00	1,00	A A	31,5	52,9
			TOTAL	0					
VISEU	24	427,4	Viseu	84,0	0,96	0,80	A A	31,1	63,9
			TOTAL	84,0					
TOTAIS	275	9.612,6	45	4.387,9	-	-	-	-	-
MÉDIAS NACIONAIS	-	-	-	-	0,84	0,54	-	-	-

* Em milhares

** Situação tipo

0,1 - 0,49 C

0,5 - 0,79 B

0,8 - 1 A

BIBLIOTECA MUNICIPAL SATÉLITE

PONTO FIXO DE SERVIÇO - 160 m²

AQUISIÇÕES ANUAIS - 750 v.

PESSOAL - 1 a 2 técnicos auxiliares BAD

PROGRAMA	DOCUMENTAÇÃO	L.SENTADOS	ÁREA	ÍNDICES
ÁTRIO	--	--	16m ²	0,4m ² /l.sent
SECÇÃO ADULTOS	Empréstimo [4.900]	4	75m ²	1m ² /1.emp.
	Periódicos	--		
	Consulta local	20		
SECÇÃO INFANTIL	Empréstimo [1.750]	2	37m ²	1m ² /1.emp. 2m ² /1.loc.
	Periódicos	--		
	Consulta	10		
AUDIO VIDEO	350	4	8m ²	2m ² /1.sent
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO	7.000 doc. 4.900 adul 1.750 int. 530 AV			
ESCRITÓRIO	80 doc.	1	12m ²	
TOTAL SERVIÇO INTERNO		1	12m ²	
TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO	--	41	148m ²	
CIRCULAÇÕES SANITÁRIOS E LIMPEZA (10%)	--	--	12m ²	
TOTAL ÁREA DE CONSTRUÇÃO			160m ²	

BIBLIOTECA MUNICIPAL 1

PONTOS FIXOS DE SERVIÇO Central 480 m²
Anexos (em número variável)

AQUISIÇÕES ANUAIS - 1.500 v. 150 a.v.

PESSOAL - 1 Bibliotecário, 3 técnicos auxiliares BAD e 1 auxiliar-técnico

PROGRAMA	DOCUMENTAÇÃO	L.SENTADOS	ÁREA	ÍNDICES
ATRIO			50 m ²	0,4m ² /1.sent
SECÇÃO ADULTOS	[Empréstimo [11.250]	6	150m ²	1m ² /1.emp.
	Periódicos	--		
	Consulta local ...	40		
SECÇÃO INFANTIL	[Empréstimo [3.750]	10	65m ²	1m ² /1.emp.
	Periódicos	--		
	Consulta local ...	10	30m ²	1m ² /1.loc.
	Conto	30		
AUDIO-VIDEO (escuta e visionamento locais)	750	10	20m ²	2m ² /1.sent.
SALA POLIVALENTE (c/ escuta colectiva)	--	30	30m ²	1m ² /1.sent.
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO	15.750 doc. 11.250 adult 3.750 inf. 750 A.V.	136	345m ²	
ESCRITÓRIO	250	4	40m ²	
MANUTENÇÃO	250	1	20m ²	
ARMAZÉM	5.500	--	40m ²	
TOTAL SERVIÇO INTERNO	6.000 doc.	5	100m ²	
TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO ..		141	445m ²	
CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (10%) ..			40m ²	
TOTAL AREA DE CONSTRUÇÃO			485m ²	

BIBLIOTECA MUNICIPAL 2

PONTOS FIXOS DE SERVIÇO Central 1.040 m²

Anexos (em número variável) B. SATÉLITES (nº variável)

AQUISIÇÕES ANUAIS - 3.000 v. 400 a.v.

PESSOAL - 1 a 2 bibliotecários, 6 técnicos auxiliares BAD e 2 auxiliares técnicos

PROGRAMA	DOCUMENTAÇÃO	L.SENTADOS	ÁREA	ÍNDICES
ATRIO			110m ²	0,4m ² /l.sent
SECÇÃO ADULTOS	Empréstimo [23.000]	22.400	12	1m ² /l.emp.
	Periódicos	--	--	302m ²
	Consulta local ...	5.600	60	1,5m ² /l.loc.
SECÇÃO INFANTIL	Empréstimo [10.000]	8.000	12	1m ² /l.emp.
	Periódicos	--	--	187m ²
	Consulta local ...	2.000	50	2m ² /l.loc.
	Conto	--	30	30m ²
AUDIO-VIDEO (escuta e visionamento locais)	2.000	15	30m ²	2m ² /l.sent.
SALA POLIVALENTE(c/ escuta colectiva)	--	100	100m ²	1m ² /l.sent.
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO	40.000 doc. 28.000 adul 10.000 inf. 2.000 A.V.	279	759m ²	
ESCRITÓRIO	500	8	30m ²	
MANUTENÇÃO	500	2	30m ²	
ARMAZÉM	15.000	--	75m ²	
TOTAL SERVIÇO INTERNO	16.000 doc.	10	135m ²	
TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO ..		289	894m ²	
CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (103)			95m ²	
TOTAL ÁREA DE CONSTRUÇÃO			1.039m ²	

CUSTO / UNIDADE					
	EDIFÍCIO	EQUIPAMENTO	FUNDOS	TOTAIS	AQUISIÇÕES/ /ANO
	60 c/m ²	23 c./l.sen	800\$/doc.		
SATÉLITE	provisórias	943 c	5.600	6.543	600 c
	9.600 c	943 c	5.600	16.143	600 c
BIBLIOTECA TIPO 1	29.100 c	3.243 c	12.600 c	44.943 c	1.320 c
BIBLIOTECA TIPO 2	62.340 c	6.647 c	32.000 c	100.987 c	2.720 c

1. A qualificação e competência dos técnicos com que se irão dotar as bibliotecas de leitura pública são absolutamente fundamentais para que as mesmas atinjam os objectivos que se propõem. Sem profissionais especificamente preparados para planear, gerir e animar estes espaços culturais, todos os esforços que se congreguem serão inúteis ou pouco rentáveis. Uma biblioteca é uma organização que não deve estar a cargo de amadores, mesmo que se lhes possa reconhecer a boa vontade. É portanto indispensável e prioritário, formar os seus responsáveis e demais funcionários, exigir a todos uma profissionalização adequada, capacitá-los para serem os verdadeiros agentes da mudança que se preconiza para este vasto sector.

2. As carreiras do pessoal BAD, na administração central foram até agora reguladas pelo Decreto-Lei nº 280/79, de 10 de Agosto o qual se encontra em fase de revisão, à luz das alterações introduzidas no regime geral pelo Decreto-Lei nº 284/85, de 15 de Julho.

É de prever que o Decreto-Lei nº 466/79, de 7 de Dezembro, aplicável à administração autárquica seja também portanto modificado.

O provimento de lugares nas bibliotecas municipais deve passar a fazer-se obrigatoriamente de entre indivíduos habilitados com os cursos já existentes ou a criar e a todos aqueles que já os ocupam neste momento deve ser facultada a referida formação.

Embora o actual Instituto Português do Livro tenha, nos últimos anos, financiado a frequência do curso de técnicos auxiliares BAD aos funcionários das Câmaras Municipais que o solicitaram, muitas tem havido, infelizmente, que se alheiam dessa premente necessidade e outras ainda criam situações irregulares preterindo, na admissão para os poucos lugares que abrem, indivíduos já tecnicamente habilitados, em favor de outros que o não são.

3. O grupo de trabalho propoe que qualquer tipo de apoio a conceder pelo organismo de tutela na administração central, às bibliotecas municipais, seja condicionado à existência no seu quadro de pessoal, de técnicos habilitados com os cursos previstos na legislação em vigor.

Será esta uma das principais garantias da rentabilidade dos investimentos que nas mesmas se fizerem.

4. Para formar bibliotecários já há, neste momento, três Cursos de Especialização em Ciências Documentais, que funcionam na Faculdade de Letras de Lisboa, Coimbra e Porto e a que poderão candidatar-se indivíduos possuidores do grau de licenciatura. Têm a duração de dois anos e se o de Lisboa funciona em horário pós-laboral, os outros dois também permitem a quem já trab^{al}he a respectiva frequência.

Por agora, não parece aconselhável alterar este tipo de formação até porque é ainda uma experiência nova entre nós. No entanto, considera-se indispensável propor que nela sejam integradas cadeiras de opção designadas como "Leitura Pública I e II" nos 3º e 4º semestre do referido curso, nas três Universidades. Aí seriam abordados os diferentes aspectos dessa problemática, desde planeamento e construção, constituição de fundos documentais, animação, etc., sob a responsabilidade de especialistas nacionais e estrangeiros.

Deverá solicitar-se às Faculdades a sua inclusão já no próximo ano lectivo e também que seja estudada a hipótese de serem aceites como ouvintes um número limitado de bibliotecários que já se encontram a prestar serviço em bibliotecas públicas, para possibilitar-lhes uma indispensável actualização.

Considera-se que estas acções específicas de formação - dada a sua importância neste contexto - deverão ser apoiadas pela Secretaria de Estado da Cultura, em termos de pagamento aos professores convidados, para o que se propõe a afectação da verba necessária, a conceder a cada uma das Faculdades que desejem cooperar neste programa.

5. No que respeita à formação dos técnicos profissionais, para além da intensificação do apoio nos moldes em que até agora vem sendo feito pela BAD, propõe-se que seja submetida ao Fundo Social Europeu a realização de um Curso de Técnico Profissional de Bibliotecas, com a duração de um ano lectivo e destinado a jovens candidatos à procura do primeiro emprego e possuidores do curso complementar do ensino secundário. (anexo F).

Perante a previsível dificuldade em que cada Município possa desde já contar com o concurso de um Bibliotecário, é necessário que os técnicos profissionais de BAD obtenham melhor formação do que até agora e, sobretudo, mais adaptada para corresponder aos novos desafios que vão defrontar. Daí esta proposta no sentido de se realizar - assegurada que está a anuência e participação da BAD - a experiência, já prevista, de aumentar a formação inicial dos técnicos profissionais BAD, preparando-os para utilizar as novas tecnologias e capacitando-os deste modo para integrar o nível 4, em termos de carreira na administração pública.

Sabendo-se que o Fundo Social Europeu comparticipa em 55% estas acções de formação, propõe-se que a Secretaria de Estado da Cultura caibam os restantes 45%, contribuindo a BAD com o conhecimento e a experiência de organização, comprovados por muitas dezenas de cursos realizados nesta área nos últimos dez anos.

A formação de base, acima preconizada, deve ser complementada regularmente com pequenos cursos ou seminários de actualização e aprofundamento de conhecimentos em certas áreas sensíveis ou de maior inovação, que devem realizar-se a nível nacional e/ou regional e, destinados a todos quantos intervêm neste programa de desenvolvimento da rede de leitura pública, sem esquecer a periódica realização de jornadas de sensibilização para autarcas.

OUTRAS ACÇÕES CONVERGENTES

1. Face à prioridade, várias vezes apontada neste relatório, de dotar as BM de pessoal com preparação específica, e sabendo-se que esta sempre exige um tempo próprio, julga-se necessário para o efeito afectar, desde já, as verbas para o ano lectivo de 1986-87, de modo a incrementar a formação técnica, aos vários níveis, nesse período.
2. No que respeita à sensibilização da opinião pública e dos autarcas em especial, para o que pode significar para as populações um serviço de leitura à escala nacional, julga-se que deverão ser realizadas campanhas, quer através dos meios de comunicação social - desde a televisão aos jornais regionais - quer pela edição de cartazes sugestivos e de outro material de propaganda do livro e das bibliotecas.
3. A partir de 1986, a SEC poderá também instituir um prémio anual para o autarca que, em termos relativos, mais se tenha distinguido na dinamização da sua BM.
4. A rede de bibliotecas escolares, que funciona mais que precariamente - também por carência de pessoal técnico, de livros e de instalações apropriadas - e que em todos os países é considerada peça muito importante do sistema de ensino, é também fundamental para a preparação dos futuros leitores da BM. Torna-se portanto cada vez mais urgente que, pelas entidades responsáveis, lhe seja prestada a atenção que merece.

E se, como bem se entende, a formação de utilizadores das bibliotecas e da informação em geral só poderá ser eficazmente realizada ao longo dos diferentes graus de ensino, é também ao nível da preparação dos respectivos professores que é preciso intervir prontamente.
5. Tendo em conta a dimensão e as realidades do nosso país seria de importância fundamental poder contar com uma Biblioteca Nacional que de facto exercesse com eficiência as funções que lhe são próprias. Com isso beneficiariam todas as bibliotecas portuguesas - e portanto também as de lei

tura pública - sob os mais variados aspectos (no mínimo, ter acesso à bibliografia nacional corrente já tratada, a catálogos colectivos e a sistemas de informação internacionais).

Considera-se portanto que o processo de informatização da BN, que já se encontra em estudo e que se prevê possa ajudar a solucionar os graves problemas com que se tem debatido, deve acelerar-se e justificar um generalizado apoio.

Salienta-se, a propósito, que a prevista vulgarização da informática vai atingir por certo as BM, às quais já hoje a rede TELEPAC poderá permitir novas experiências de exploração da informação.

6. Mais no imediato e para apoio directo a uma adequada política de aquisições bibliográficas nas bibliotecas, reconhece-se a urgente necessidade de editar, de forma regular e pouco onerosa, uma publicação que analise a produção editorial do país ou em que, no mínimo, se assinale, para certo tipo de obras, o grau de profundidade na abordagem dos temas e, no caso da literatura infantil e juvenil, os níveis etários a que se dirige.

Um boletim desse tipo será da maior utilidade não só para as BM no nosso país, mas também para muitas outras bibliotecas que servem comunidades portuguesas no estrangeiro e que há muito solicitam apoio regular e concreto neste domínio. Para isso, poderão reunir esforços não só os departamentos da SEC, mas também o ICALP, a IN-CM, e as associações dos editores livres e dos bibliotecários, entre outras.

7. Em equipamento específico para bibliotecas (mobiliário, sinalização, etc.), quase nada existe no mercado nacional que satisfaça os requisitos mínimos de funcionalidade.

Nos materiais de apoio próprios para actividades de animação da leitura, de adultos e crianças (audiovisuais, cartazes, desdobráveis, autocolantes), torna-se também urgente investir.

Em ambos os casos julga-se possível interessar algumas firmas na respectiva produção - por meio da abertura de concursos e prémios de criatividade

de - se lhes forem criadas condições de mercado.

8. Quanto à concessão de ajudas financeiras, directas ou indirectas, para o plano de desenvolvimento das BM aqui apresentado, por parte de empresas ou outras entidades públicas ou privadas, ela poderá ser estimulada através de isenções fiscais, como se propõe no já citado relatório da Comissão do Livro.

Também se reforça a ideia de que, com o mesmo objectivo, o Governo deve de pronto estudar com a banca e outras empresas estatais as várias hipóteses possíveis, que poderão ir desde a criação de linhas de crédito bonificado até à isenção ou tarifas muito reduzidas para o transporte de livros.

OS APOIOS EXTERIORES PARA A REDE DE LEITURA PÚBLICA

1. O Estado ao assumir-se como responsável e promotor de iniciativas deste tipo, que visam o progresso da sociedade e o desenvolvimento integral dos cidadãos, tem que procurar novas formas de financiamento para além das verbas provenientes do OGE.

De entre outras possibilidades, em termos de apoio a actividades culturais, deve referir-se o mecenato. Exercido por entidades alheias ao Estado, chega-nos de épocas históricas muito recuadas, mas é hoje, em certos países, mais determinante do que nunca.

É assim que do mecenato - se o tomarmos aqui no seu mais lato sentido - pode vir um grande contributo para as bibliotecas de leitura pública, como para os demais sectores da cultura, sobretudo se como já foi dito, as entidades empresariais ou os particulares a isso forem estimulados, através de incentivos fiscais adequados e publicitados devidamente. Entre nós já está, aliás, a ser preparada legislação sobre o assunto. :

2. Como contributo específico e em benefício dos respectivos trabalhadores, também algumas empresas, sobretudo as de maior dimensão, devem ser incentivadas a criar a sua biblioteca, a qual não coincide forçosamente com a unidade de informação técnica que é necessária ao seu labor.
3. Quanto aos particulares, será necessário propor-lhes alternativas que os levem a ultrapassar a noção de que o seu contributo se deve resumir à doação da sua biblioteca pessoal. Apesar do enorme valor de muitas dessas dâdivas, o facto de se tratar quase sempre de fundos bibliográficos reunidos ao longo dos anos, de acordo com o perfil, isto é, os interesses, o estatuto social e o gosto de um só indivíduo, acaba muitas vezes por dificultar a sua correcta integração numa biblioteca de leitura pública, que tem que sujeitar-se a directrizes diametralmente opostas.
4. Tendo-se revelado de fundamental importância entre nós, no domínio cultural, as diferentes Fundações devem ser encaradas neste contexto como relevantes apoios convergentes na prossecução e em obediência aos objectivos desta pla

no.

A título de exemplo, adianta-se que algo a revestir-se do maior interesse e oportunidade poderia ser o financiamento de um programa específico que permitisse a já citada utilização, pelas BM, das novas tecnologias, aqui se incluindo os materiais audiovisuais de que tanto carecem.

5. Cabe agora referir enfim o contributo dado pela Fundação Calouste Gulbenkian que há mais de um quarto de século mantém o que pode considerar-se o único serviço de leitura destinado à população de todo o país.

A partir de um grande depósito e de uma organização centralizada em Lisboa, tem desde então distribuído, de norte a sul, milhões de livros que foram quase sempre os únicos a que conseguiu ter acesso um infindável mundo de crianças e jovens.

A criação do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas (anexo G) representou, nessa altura, a única alternativa possível, como resposta à indiferença - e até à desconfiança! - com que os poderes públicos encaravam o problema da leitura.

Parece agora assim legítimo esperar que, coerentemente com a posição então assumida, a Fundação Calouste Gulbenkian aceite inserir-se num processo de participação global actualmente já possível. Tanto mais que hoje, e tendo em conta a evolução dos conceitos, este projecto corresponde e actualiza a concretização da ideia subjacente à sua iniciativa de há vinte cinco anos.

Julga-se oportuno propor-lhe, desde já, um acordo global - em moldes a estudar - que terá que ter em conta, antes de mais, a realidade emergente que é o poder local.

Abrir-se-iam então para as Câmaras novas modalidades de cooperação e ajuda que possibilitem às futuras e actuais "bibliotecas municipais" - muitas vezes ainda e apenas Bibliotecas Gulbenkian sediadas em instalações camarárias, mas que a autarquia não gere, tendo assim pretexto para delas se alhear - inserir-se naturalmente na preocupação dos autarcas e no dia a dia das populações que os elegem. Além do empréstimo de livros, e para que adquiram vida própria, às BM têm que ser dadas condições que lhes permi-

tam ser um polo de animação cultural, pois só através de uma identificação com o meio, poderão ganhar simultaneamente características de individualidade e expressão local.

6. Outra possibilidade que agora se abre para ajudar a modernização do país são os financiamentos provenientes dos organismos comunitários. Nomeadamente o FSE e o FEDER, que permitem o desenvolvimento de projectos em favor de camadas populacionais e regiões mais carenciadas, deverão ser, também neste domínio, cabalmente aproveitados.

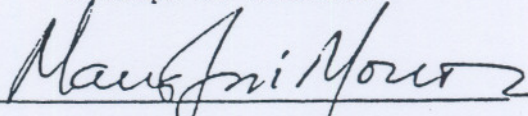
Para terminar, o grupo de trabalho considera que, sendo este um relatório prévio, não podiam ser nele abordados, de forma exaustiva, mesmo os pontos mais importantes. Por igual motivo, outros aspectos da leitura - enquanto problema estrutural e multifacetado - não foram também postos em equação, sobretudo os que são da responsabilidade de outros departamentos estatais.

Independentemente de uma divulgação generalizada do relatório - que se afigura dispensável nesta fase do trabalho - o grupo julga que haveria toda a vantagem em promover a discussão do mesmo com cada uma das entidades mais directamente interessadas.

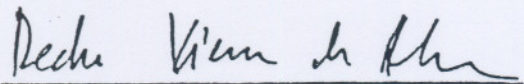
Propõe-se, nesse sentido, contactar as autarquias, individualmente e através das associações existentes - sobretudo a Associação Nacional de Municípios - o IPL, o IPPC, a BN, as Comissões de Coordenação e demais instâncias do Ministério do Plano e da Administração do Território, a Fundação Calouste Gulbenkian, a DGEA e as outras Direcções-Gerais da Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, a Secretaria de Estado para a Juventude, a IN-CM, a APEL e a BAD. Considera-se também útil, para apoio técnico da investigação neste sector específico da informação, no plano nacional, contactar ainda o ICALP, o ITE, o INIC e a JNICT e, no exterior, fazer apelo a organismos especializados da IFLA e da UNESCO, assim como proceder sistematicamente ao estudas experiências dos diferentes países no domínio da leitura pública.

Lisboa, 1 de Julho de 1986

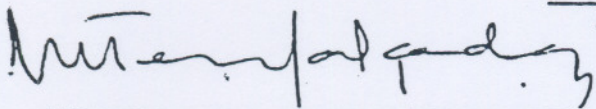
O Grupo de Trabalho



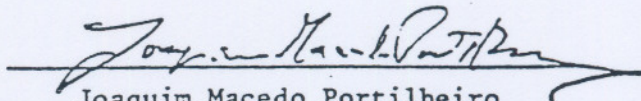
Maria José Moura
Coordenador



Pedro Vieira de Almeida



Maria Teresa Calçada



Joaquim Macedo Portilheiro

Por despacho da adjunta do director-geral do Ensino Superior de 19-3-86, proferido por delegação de competência, conforme Desp. 7/DG/86, publicado no DR, 2.º, 54, de 6-3-86:

Licenciado Rui Nunes Fortes, equiparado a assistente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa — concedida equiparação a bolsheiro no País, desde 7-10-85 a Junho de 1986. (Não carece de visto ou anotação do TC.)

21-3-86. — A Adjunta do Director-Geral, *Maria Celaste Oliveira do Patrocínio*.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Obra Social

Despacho. — Nos termos do disposto no art. 35.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7, e no abrigo do Desp. 37/MEC/86, de 10-3, publicado no DR, 2.º, 66, de 20-3-86, designo para exercer as funções de minha secretária a técnica superior de 2.ª classe Maria do Carmo Loureiro de Sousa Calé.

20-3-86. — O Director, *Aldónio Gomes*.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Gabinete do Secretário de Estado

Desp. 23/86. — Na sequência das conclusões da comissão nomeada pelo Desp. 155/85, considera-se desejável que, progressivamente, todo o País venha a ser dotado de uma rede de bibliotecas públicas, as quais, funcionando em moldes adequados às exigências do mundo actual, contribuirão para fomentar um desenvolvimento equilibrado e para, de forma efectiva, assegurar às populações o direito à cultura.

Com efeito, o estabelecimento de uma política nacional de leitura pública assentará fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas que, a nível central e local, mais directamente as possam apoiar.

Considerando que se torna urgente definir as bases dessa política, determino que seja constituído, na directa dependência do meu Gabinete, um grupo com carácter pluridisciplinar que prepare a planificação de uma intervenção nesta área.

Nomeio para orientar e coordenar esse grupo de trabalho a Dr.ª Maria José Moura, presidente do Conselho Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a qual deverá propor-me os nomes das personalidades que o vão integrar e também, para assegurar-lhe funcionalidade e eficácia, solicitar pontualmente os contributos de outras entidades e organismos que se julgarem convenientes. Os trabalhos deverão ter, desde logo, a colaboração do Instituto Português do Livro, o qual lhes prestará apoio permanente, através do técnico superior de 1.ª classe Dr.ª Maria Teresa Calçada.

O grupo de trabalho deverá apresentar-me:

1 — No prazo de três meses, propostas de medidas susceptíveis de serem tomadas de imediato no domínio orçamental e também no normativo, nomeadamente sobre responsabilização repartida das administrações central e autárquica, adaptação e construção de novos equipamentos, constituição de fundos bibliográficos adequados, formação profissional, dinamização do livro e da leitura e sensibilização do público.

2 — No prazo de oito meses, uma proposta de uma política nacional participada de leitura pública, estabelecendo fases, propondo os instrumentos e a articulação dos meios existentes ou a criar, eventualmente através de um conjunto de medidas de carácter legislativo e financeiro.

11-3-86. — A Secretária de Estado da Cultura, *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia*.

Direcção-Geral dos Serviços Centrais

Declaração. — 1 — Nos termos do n.º 4 do art. 23.º do Dec.-Lei 44/84, de 3-2, declara-se que são consideradas definitivas as admissões ao concurso para escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe do quadro desta Direcção-Geral dos candidatos admitidos na lista provisória publicada no DR, 2.º, 2, de 3-1-86:

Aizira Maria Gomes da Silva Matias.
Armandina da Conceição Alves Pinto.
Clementina de Jesus Ribeiro Valentin Albino.

Feliciano Miguel Leocádio da Silva.
Fernanda Alves Brásinha Marques Vidal.
Florência Nunes Félix Oliveira.
Isaura dos Prazeres Henriques António.
Luís Filipe de Jesus Artiga da Costa Campos.
Maria da Conceição Almeida Dias Augusto.
Mário Emília de Jesus Fernandes.
Maria de Fátima de Jesus Salvador Godinho Cardoso.
Maria Gorete de Almeida e Silva.
Maria de Lurdes Jesus Sousa Pinto Pereira Coelho. ..
Maria de Melo Silva.
Palmira Camacho Perestrelo Luis.

2 — Em conformidade com o disposto no n.º 1 do art. 33.º do Dec.-Lei 44/84, de 3-2, as provas de conhecimentos realizar-se-ão da seguinte forma:

2.1 — Prova de dactilografia:

Dia 21-4-86:

Às 9 horas — candidatos desde Aizira Maria Gomes da Silva Matias a Luís Filipe de Jesus Artiga da Costa Campos.
Às 11 horas — os restantes candidatos.

2.2 — Prova de redacção para todos os candidatos:

Dia 21-4-86, às 14 horas e 30 minutos.

3 — Os candidatos deverão comparecer, munidos do bilhete de identidade, na recepção da Secretaria de Estado da Cultura, Avenida da República, 16, Lisboa.

3.1 — Para a realização da prova de dactilografia referida no n.º 2.1 desta declaração, os candidatos poderão utilizar máquinas de escrever próprias, que, para o efeito, trarão consigo para o acto da citada prova.

4 — Por despacho de 18-3-86 da Secretária de Estado da Cultura, foi decidido não se realizarem as entrevistas a que se refere o n.º 7.1 do a.iso de abertura deste concurso, publicado no DR, 2.º, 201, de 2-9-85.

24-3-86. — O Director-Geral, *Francisco António Almeida Podex*.

Delegação Regional do Norte

Aviso. — Torna-se público que, por despacho da Secretária de Estado da Cultura de 18-3-86, se encontra aberto, pelo prazo de quinze dias, concurso interno de acesso para o provimento de uma vaga de assessor do quadro da Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pelo Dec. Regul. 18/80, de 23-5.

2 — Legislação aplicável:

a) Dec.-Lei 44/84, de 3-2.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao preenchimento da vaga supracitada.

4 — Conteúdo funcional:

4.1 — Compete ao assessor prestar assessoria técnica em geral, de elevado grau de qualificação e responsabilidade nas diversas áreas da cultura, elaborando pareceres, concebendo e orientando as medidas de política que se integrem nas funções, participando em reuniões, comissões e grupos de trabalho de carácter departamental, interdepartamental e internacional e participando em trabalhos que exijam conhecimentos altamente especializados ou uma visão capaz de integrar vários quadrantes e domínios de actividade, em todas as áreas referidas no art. 2.º do Regulamento dos Concursos, aprovado por despacho conjunto do Ministro da Cultura e do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no DR, 2.º, 180, de 6-8-83.

5 — O local de trabalho é na Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, no Porto, e o vencimento é o correspondente à letra C da tabela de vencimentos da função pública (actualmente 72 800\$).

6 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

- Ser funcionário ou agente de qualquer serviço ou organismo da administração central;
- Encontrar-se nas condições da al. c) do n.º 1 do art. 18.º do Dec.-Lei 248/85, de 13-7;
- Possuir a licenciatura e experiência profissional adequada ao lugar posto a concurso.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel selado, com uma cópia em papel comum, dirigido

BIBLIOGRAFIA BASE

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS; INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL - Guia das bibliotecas municipais. Lisboa, IPPC, 1986.
Em fase de publicação.
- CABRAL, Luís; NUNES, Henrique Barreto; PORTILHEIRO, Joaquim - Bibliotecas e leitura pública em tempo de mudança. Porto, 1986.
Em fase de publicação.
- FRANÇA. Ministère de la Culture. Direction du Livre et de la Lecture - Bibliothèques municipales: construction, équipement. Paris, Ministère de la Culture, 1982.
- A leitura pública em Portugal: manifesto. "Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação", Lisboa, 1, 1983, p. 11-14.
- THE LIBRARY ASSOCIATION - Fins e objectivos da biblioteca pública. "Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação", Lisboa, 1, 1984, p. 95-96, separata.
- PINGAUD, B., BARREAU, J.-C. - Pour une politique nouvelle du livre et de la lecture: rapports au Ministre de la Culture. Paris, Dalloz, 1982.
- PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Comissão do Livro - Relatório. Lisboa, SEC, 1985.
Documento dactilografado.

NESTE EXEMPLAR DO RELATÓRIO FALTA A PARTE
DESCRITIVA DO "GUIA DAS BIBLIOTECAS MUNICI
PAIS" DE QUE SE INCLUI APENAS O RESPECTI
VO QUADRO - RESUMO.

DISTRITO - CONCELHO	Fundada após 1980.01.01	Bibliotecário diplomado	Mais de 20.000 vols. de monografias	Empréstimo domiciliário	Informação municipal
AVEIRO 1. ÁGUEDA 2. AROUCA 3. AVEIRO 4. FEIRA 5. S. JOÃO DA MADEIRA				•	
BEJA 6. ALMODÔVAR 7. ALVITO 8. BEJA 9. MOURA	•	•	•	• • •	
BRAGA 10. BARCELOS 11. ESPOSENDE 12. FAFE 13. GUIMARÃES 14. VILA NOVA FAMALICÃO	• •	•	• •	• •	•
BRAGANÇA 15. MACEDO CAVALEIROS 16. MIRANDELA 17. VILA FLOR	• •	•	•	• • •	
CASTELO BRANCO 18. CASTELO BRANCO 19. COVILHÃ 20. FUNDÃO			•	• •	
COIMBRA 21. COIMBRA 22. FIGUEIRA DA FOZ		•	• •	• •	

DISTRITO - CONCELHO	Fundada após 1980.01.01	Bibliotecário diplomado	Mais de 20.000 vols. de monografias	Empréstimo domiciliário	Informação municipal
23. LOUSÃ 24. MIRANDA DO CORVO		•		• •	
ÉVORA 25. ESTREMOZ 26. MONTEMOR-O-NOVO 27. VIANA DO ALENTEJO 28. VILA VIÇOSA	• •			• •	
FARO 29. FARO 30. PORTIMÃO 31. SILVES 32. TAVIRA	•	•	•	• •	• •
GUARDA 33. GOUVEIA 34. GUARDA 35. PINHEL 36. SABUGAL 37. SELA	• •			• •	
LEIRIA 38. ALCobaça 39. CALDAS DA RAÍNHA 40. LEIRIA 41. MARINHA GRANDE 42. ÓBIDOS 43. PENICHE	•	•	• •	• • • • •	
LISBOA 44. AMADORA 45. CASCAIS	•		•	•	

DISTRITO - CONCELHO	Fundada após 1980.01.01	Bibliotecário diplomado	Mais de 20.000 vols. de monografias	Empréstimo domiciliário	Informação municipal
46. LISBOA 47. MAFRA 48. OEIRAS 49. SINTRA 50. TORRES VEDRAS 51. VILA FRANCA XIRA		• •	• • • •	• • • • •	
PORTALEGRE 52. CAMPO MAIOR 53. CASTELO DE VIDE 54. CRATO 55. ELVAS 56. FRONTEIRA 57. NISA 58. PONTE DE SÔR 59. PORTALEGRE	• •	•	•	• • • • • • •	•
PORTO 60. AMARANTE 61. FELGUEIRAS 62. MARCO DE CANAVEZES 63. MATOSINHOS 64. PAÇOS DE FERREIRA 65. PAREDES 66. PENAFIEL 67. PORTO 68. PÓVOA DE VARZIM 69. SANTO TIRSO 70. VILA DO CONDE 71. VILA NOVA DE GAIA	• • •	• • •	• • •	• • • •	
SANTARÉM 72. CARTAXO 73. GOLEGÃ	•			• •	

DISTRITO - CONCELHO	Fundada após 1980.01.01	Bibliotecário diplomado	Mais de 20.000 vols. de monografias	Empréstimo domiciliário	Informação municipal
74. MAÇÃO					
75. RIO MAIOR	•		•	•	•
76. SANTARÉM		•	•	•	
77. TOMAR		•	•	•	
78. TORRES NOVAS		•	•	•	
SETÚBAL					
79. ALCÁÇER DO SAL	•			•	•
80. ALMADA		•		•	•
81. BARREIRO	•	•		•	•
82. MONTIJO	•			•	
83. SEIXAL		•		•	
84. SESIMBRA					
85. SETÚBAL			•	•	•
86. SINES					
VIANA DO CASTELO					
87. ARCOS DE VALDEVEZ				•	
88. PAREDES DE COURA	•				
89. PONTE DA BARCA	•				
90. PONTE DE LIMA					
91. VIANA DO CASTELO		•		•	
VILA REAL					
92. CHAVES					
VISEU					
93. CINFÃES					
94. S. PEDRO DO SUL	•			•	
95. TABUAÇO				•	
96. VISEU			•	•	
97. VOUZELA	•				
TOTAIS	27	17	24	60	9

II PARTE

CONCELHOS COM BIBLIOTECAS DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN,
CUJAS INSTALAÇÕES E PESSOAL SÃO DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO⁽¹⁾

Distrito de Aveiro

Albergaria-a-Velha
Anadia
Estarreja
Ovar

São João da Madeira
Sever do Vouga
Vale de Cambra

Distrito de Beja

Aljustrel
Cuba
Odemira

Distrito de Braga

Vieira do Minho

Distrito de Bragança

Bragança
Miranda do Douro

Distrito de Castelo Branco

Idanha-a-Nova

Distrito de Coimbra

Arganil
Montemor-o-Velho

Soure
Vila Nova de Poiares

Distrito de Évora

Arraiolos
Redondo
Reguengos de Monsaraz

Distrito de Faro

Loulé
Vila Real de Sto. António

(1) Incluem-se apenas as bibliotecas com fundos municipais pouco significativos.

Distrito da Guarda

Celorico da Beira

Manteigas

Fig. Castelo Rodrigo

Trancoso

Fornos de Algodres

Vila Nova de Foz Côa

Distrito de Leiria

Figueiró dos Vinhos

Distrito de Lisboa

Azambuja

Loures

Cadaval

Lourinhã

Distrito de Portalegre

Avis

Distrito de Santarém

Alcanena

Salvaterra de Magos

Entroncamento

Vila Nova da Barquinha

Distrito de Setúbal

Alcochete

Moita

Distrito de Viana do Castelo

Melgaço

Paredes de Coura

Distrito de Vila Real

Montalegre

Distrito de Viseu

Armamar

Penedono

Castro Daire

Resende

Moimenta da Beira

Tarouca

Nelas

Tondela

A leitura pública em Portugal

— Manifesto

Promovido pelo Instituto Português do Livro, com a colaboração da BAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas realizou-se, em Lisboa, de 31 de Janeiro a 4 de Fevereiro, um Seminário sobre «Animação de Bibliotecas», orientado por Jean Tabet, bibliotecário da Biblioteca Municipal de Gardanne (França). Estiveram presentes técnicos de bibliotecas públicas e municipais de diversas regiões do país e de organismos ligados à problemática da leitura pública em Portugal.

O Seminário constituiu uma oportunidade de reflexão alargada, tendo-se concluído pela urgência de elaborar o presente documento destinado a sensibilizar a opinião pública e simultaneamente, a alertar os responsáveis — Governo e Autarquias Locais — para a inexistência de uma verdadeira prática de leitura pública entre nós.

Por leitura pública deve entender-se o estabelecimento de uma relação entre a criação e o público, com uma dupla finalidade: cultural — possibilitar o acesso de todas as camadas da população às fontes de conhecimento nas suas diversas formas, e social — contribuir para a afirmação do indivíduo na comunidade, conferindo-lhe a possibilidade de exercer plenamente o acto de escolher.

Para atingir tais objectivos, as bibliotecas públicas têm de cobrir, de um modo equilibrado, todo o universo do conhecimento e atingir o conjunto da população, sem discriminação de nenhum grupo etário, social, profissional, etc. Um caso a merecer especial atenção é o da leitura infantil que, mantendo a sua especificidade, deverá ser naturalmente integrado no conjunto dos serviços prestados pela biblioteca.

Sem pôr em causa o papel importante das bibliotecas vocacionadas primariamente para a conservação do Património Cultural, a leitura pública exige que as nossas bibliotecas divulguem de um modo activo o livro e outros suportes da informação — discos, materiais audio-visuais, gravuras, etc. Torna-se claro que isso só será

conseguido através do acesso directo (livre acesso) do público às estantes e da prática do empréstimo domiciliário generalizado, como actividade principal da biblioteca pública.

Há que estabelecer uma profunda ligação com a comunidade em que a biblioteca se insere — escolas, associações culturais, profissionais, etc.

Não isolar a biblioteca da comunidade significa também que sejam promovidas actividades de animação cultural a partir do livro — exposições, encontros com autores, sessões de teatro, cinema e música, etc. e que seja feita uma ampla publicidade à biblioteca, de modo a que sua existência, localização e serviços prestados não possam ser desconhecidos de ninguém.

Infelizmente em Portugal ainda estamos muito longe de tal concepção de biblioteca pública.

As bibliotecas, instaladas quase sempre em edifícios velhos, acanhados e desconfortáveis, ou são encaradas como locais solenes, onde só entram os eleitos, ou então não passam de meras salas de leitura ocupadas apenas por estudantes do ensino secundário.

Raras são as bibliotecas em que existe o livre acesso às estantes, escassas aquelas em que o empréstimo domiciliário é prática corrente.

As verbas para aquisições são irrisórias, os fundos raramente são actualizados com critério.

É notório o alheamento das bibliotecas em relação às necessidades da vida quotidiana das comunidades que servem ou deveriam servir.

Actividades de animação só se efectuam em datas comemorativas, normalmente sem qualquer significado local, e são sempre demasiado elitistas ou eruditas, distantes dos reais interesses da população.

Em suma, não dispomos de um verdadeiro sistema de bibliotecas públicas, mas sim de um conjunto de instituições mortas, sem qualquer tipo de relação entre si ou com o meio.

Importa modificar este estado de coisas. A leitura pública, concebida nos termos já referidos, é condição indispensável para a participação democrática de cada indivíduo no desenvolvimento da sociedade. Para o próprio Estado, não será, por exemplo, rentável estar a investir verbas no ensino, se ao mesmo tempo não criar condições para o desenvolvimento e integração dos conhecimentos aí adquiridos, gerando-se situações de retrocesso a níveis que poderão recair no analfabetismo, com o consequente desperdício dos

dinheiros despendidos com a escolarização de grande parte da população portuguesa.

É fácil verificar, até mesmo para quem seja sensível sobretudo a razões de ordem económica, que a leitura pública deve, definitivamente, deixar de ser encarada como um luxo para se considerar na verdade como um dos sectores, a par da escola, em que tem que ser feito um grande esforço de investimento.

Assim, é inadiável definir como responsável pela elaboração participada de uma política nacional de leitura pública e pela articulação das acções a empreender um organismo já existente ou a criar, no âmbito do Ministério da Cultura.

Porque se trata inequivocamente de uma responsabilidade nacional, para além do estabelecimento de um plano de desenvolvimento coerente, ao referido organismo competirá dar apoio, através de adequados meios técnicos e financeiros, às autarquias locais, e elaborar normas respeitantes nomeadamente à construção e apetrechamento dos edifícios e à organização dos serviços.

É evidente que o papel fundamental em matéria de bibliotecas públicas terá mais do que nunca de competir às autarquias locais. Daí se compreende que as comparticipações financeiras por parte da administração central — que em França, depois de alguns anos de estagnação, são já hoje de 50% no que se refere à construção de edifícios e de 30% no que respeita a despesas de funcionamento, desde que controlado o rigoroso cumprimento das normas nacionais — deverão ser uma forma de apoio e nunca uma transferência de responsabilidades.

Torna-se portanto urgente a elaboração de uma legislação específica das bibliotecas públicas que, sendo óbvio que por si própria não irá resolver todos os problemas, constituirá sem dúvida um instrumento básico do sistema a criar.

Não referimos outros problemas como a formação básica e permanente do pessoal, a conveniência de articular os serviços de bibliotecas públicas prestados pelas Autarquias e pelo Estado com os das entidades privadas, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, etc., mas toda esta problemática deverá ser aprofundada por um *Grupo de Bibliotecas Públicas* a criar no âmbito da BAD.

Estamos certos de que a mudança das nossas actuais bibliotecas públicas dependerá grandemente da acção dos seus profissionais, através da Associação e da consciencialização da opinião pública, com especial relevo para os órgãos da comunicação social,

A Leitura Pública em Portugal

acção essa que naturalmente levará o Governo e as Autarquias a cumprir as suas obrigações no que se refere à leitura pública em Portugal.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1983.



MANIFESTO DA UNESCO

SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA

A UNESCO

E AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada para servir a paz e progresso espiritual, agindo sobre o espírito dos homens e mulheres.

O presente manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na biblioteca pública como força viva ao serviço da educação, da cultura e da informação e como instrumento indispensável ao desenvolvimento da paz e da compreensão internacional.

A BIBLIOTECA PÚBLICA

Uma instituição democrática de ensino, de cultura e de informação.

A biblioteca pública ilustra a fé da democracia na educação para todos e em todas as idades, assim como na aptidão de cada um para apreciar as realizações da humanidade no domínio do saber e da cultura.

A biblioteca pública é o principal meio de dar a todos livre acesso ao tesouro dos pensamentos e das ideias humanas e às criações da imaginação do homem.

A biblioteca pública tem por tarefa repousar o espírito do homem fornecendo-lhe livros para seu descanso e prazer, auxiliar o estudante e dar a conhecer os progressos da técnica, da ciência e da sociologia.

A biblioteca pública deve ser constituída com base em textos legislativos precisos concebidos de modo a permitir que toda a população beneficie dos seus serviços. É essencial que as bibliotecas cooperem entre si para que a totalidade dos recursos nacionais possa ser utilizada e posta ao serviço dos leitores.

A biblioteca pública deve ser financiada na totalidade pelo Estado ou pelas colectividades locais; os seus serviços não devem ser objecto de nenhum pagamento por parte dos utilizadores.

Para atingir os seus objectivos, a biblioteca pública deve ter acesso fácil e as suas portas devem estar igualmente abertas a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução.

RECURSOS E SERVIÇOS

QUE A BIBLIOTECA PÚBLICA DEVE OFERECER

A biblioteca pública deve dar aos adultos e às crianças a possibilidade de caminhar ao ritmo da sua época, de se instruir permanentemente e de se manter ao corrente dos progressos conseguidos nas ciências e nas artes.

Apresentadas de modo atraente e constantemente renovadas, as suas colecções devem ser a prova viva da evolução do saber e da cultura. Ela poderá assim ajudar os leitores a formar uma opinião e a desenvolver o seu gosto e as suas faculdades críticas e criadoras.

Cabe à biblioteca pública transmitir-lhes os documentos e as ideias, qualquer que seja a forma pela qual elas se exprimam.

A página impressa é, há séculos, o suporte universalmente admitido como difusão do saber, das ideias e da informação; os livros, as revistas, os jornais, continuam, pois, os principais recursos que as bibliotecas públicas devem possuir.

Porém, a ciência criou novos tipos de documentação que ocuparão um lugar cada vez maior nos fundos das bibliotecas. Adultos e crianças devem poder encontrar aí obras reproduzidas em formato reduzido que facilite a sua arumação e o seu transporte, filmes, diapositivos, discos, bandas de magnetofone e de magnetoscópio, assim como o material necessário ao uso individual ou no quadro de actividades culturais.

Enfim, a biblioteca pública deve ter livros e documentação sobre todos os assuntos a fim de poder satisfazer os gostos de todos os leitores, qualquer que seja a sua instrução e a sua cultura.

Todas as línguas usadas por uma comunidade devem estar representadas e a biblioteca deve possuir na língua original os livros que revestem uma importância mundial.

A biblioteca pública deve estar situada num lugar central, ser acessível aos diminuídos físicos e estar a horas convenientes.

Os locais e o mobiliário devem ter um aspecto agradável, familiar e acolhedor. É essencial que os leitores tenham livre acesso às estantes.

A biblioteca pública é naturalmente o centro cultural da comunidade, onde se reúnem pessoas com interesses semelhantes. Ela deve, pois, dispor de locais e de material necessário para organizar, em intenção de adultos e crianças, exposições, debates, conferências, concertos e projecções de filmes.

As zonas rurais e arredores devem dispor de filiais e bibliotecas itinerantes.

Para constituir e organizar as suas colecções e ajudar os seus leitores, é indispensável que as bibliotecas disponham, em número suficiente, de pessoal competente e devidamente formado. Esse pessoal deverá receber uma preparação especificamente relacionada com as diversas tarefas, nomeadamente para acompanhar as crianças e os deficientes, a manipulação do material audiovisual, a organização das actividades culturais.

A BIBLIOTECA PÚBLICA

E AS CRIANÇAS

É durante a infância que se adquirem mais facilmente o gosto da leitura e o hábito de frequentar as bibliotecas. A biblioteca pública deve, pois, empenhar-se em dar a cada criança a possibilidade de escolher livremente o livro ou o documento que lhe interessa. É necessário constituir colecções de

obras destinadas aos jovens leitores e, se possível, reservar-lhes lugares especiais. A biblioteca pode assim tornar-se para eles um lugar vivo e estimulante onde encontrem, através de actividades variadas, uma fonte de inspiração cultural.

A BIBLIOTECA PÚBLICA

E OS ESTUDANTES

Os estudantes de todas as idades devem poder contar com a biblioteca pública para completar os meios que lhes oferecem os estabelecimentos de ensino. As pessoas que estudam sozinhas utilizam por vezes a biblioteca pública como único recurso para satisfazer as suas necessidades em livros e documentação.

OS LEITORES DEFICIENTES

Há cada vez mais uma preocupação com o bem-estar das pessoas idosas e diminuídas. Ora, a biblioteca pública oferece um excelente paliativo à solidão e às desvantagens mentais e físicas de toda a ordem.

Uma melhor acessibilidade dos locais, a existência de auxiliares mecânicos e de obras impressas em grandes caracteres ou registadas em bandas, a distribuição de livros pelos hospitais e centros de Terceira idade ou ao domicílio - eis alguns meios pelos quais a biblioteca pública pode prestar serviços aos que mais necessitam dela.

A BIBLIOTECA PÚBLICA

AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Activa e construtiva nos seus métodos, tal deve ser a biblioteca pública. É preciso trazer-lhe a prova da sua utilidade e incitar a população a ela recorrer.

Deve coordenar os seus esforços com os de outros organismos de educação, de cultura e de acção social - escolas, grupos de educação de adultos, organizações de actividades para tempos livres, etc. - e com os de instuições de vocação artística.

Deve manter-se atenta aos interesses e às novas necessidades que vão surgindo na comunidade: novas categorias de leitores que solicitam obras de tipo especial; ou a evolução da concepção de lazes que as colecções e as actividades da biblioteca devem ter em conta.

CURSO TÉCNICO-PROFISSIONAL BAD
(30 semanas após o 11º ano unificado)

- 1 h/sem INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DOCUMENTAIS
- . O documento. Sua tipologia
 - . A biblioteca. Sua origem e evolução. Tipologia
 - . O arquivo
 - . Serviços de documentação e informação. Tipologia
 - . Serviços de análise. Sua origem e finalidade
 - . Serviços de síntese. Sua origem e finalidade
 - . O utilizador. Seu estudo e tipologia
 - Funções do técnico profissional BAD
- 2 h/sem LEITURA PÚBLICA
- . Aspectos sociológicos
 - . Constituição de fundos bibliográficos
 - . Construção de equipamento
 - . Rede de bibliotecas. Cooperação
 - . Actividades de animação
- 4 h/sem TECNOLOGIA DOCUMENTAL
- . Microfilmagem
 - . Reprografia
 - . Audiovisuais
 - . Videodisco
- 1 h/sem NOÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO E INDEXAÇÃO
- . Sistemas de classificação
 - . Linguagens documentais
- 1 h/sem INTRODUÇÃO À ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS
- . Noções de estatística
 - . Avaliação e controle dos serviços
- 4 h/sem ARMAZENAMENTO, RECUPERAÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO
- . Sistemas de arrumação das espécies
 - . Catálogos. Organização. Tipologia
 - . Alfabetação manual e automatizada

- . Serviço de referência
- . Serviço de leitura
- . Circulação de publicações periódicas
- . Fontes secundárias de informação. Repertórios, catálogos, boletins bibliográficos, etc.
- . Difusão selectiva por perfil
- . O acesso ao documento. Empréstimo e serviço de fotocópia

7 h/sem **INFORMÁTICA DOCUMENTAL**

- . Introdução aos computadores em bibliotecas, arquivos e serviços de documentação
- . Programação
- . Aplicações dos computadores em bibliotecas e serviços de documentação
- . Bases e bancos de dados

1 h/sem **LEGISLAÇÃO E NORMALIZAÇÃO**

- . Direitos de autor
- . Depósito legal
- . ISSN e ISBN
- . Legislação arquivística
- . Normas nacionais e internacionais
- . Instituições normativas

6 h/sem **RECOLHA E TRATAMENTO FÍSICO DOS DOCUMENTOS**

- . Circuito do documento
- . Selecção e aquisição
- . Tratamento preliminar
- . Catalogação. Regras de catalogação

3 h/sem **ARQUIVOLOGIA**

- . Produção documental
- . Circuito e controle de documentos
- . Gestão de dossiers
- . Avaliação e selecção de documentos
- . Transferências
- . Descrição documental
- . Comunicação e difusão
- . O impacto das novas tecnologias
- . Meios humanos e materiais

LISTA DAS BIBLIOTECAS FIXAS DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

- | | |
|----------------------------------|----------------------------|
| 1 - Vila Nova de Ourém | 34 - Fafe |
| 2 - Samora Correia | 35 - Vila Praia de Âncora |
| 3 - Alcanena | 36 - Areosa |
| 4 - Loulé | 37 - Azambuja |
| 5 - Olhão | 38 - Sesimbra |
| 6 - Lagos | 39 - Condeixa-a-Nova |
| 7 - Vila Real de Santo António | 40 - Nazaré |
| 8 - Tavira | 41 - Guarda |
| 9 - Fusetas | 42 - Castelo Branco |
| 10 - Silves | 43 - Catanhede |
| 11 - Bombarral | 44 - Reguengos de Monsaraz |
| 12 - Câmara de Lobos | 45 - Coruche |
| 13 - Monção | 46 - Vendas Novas |
| 14 - Montalegre | 47 - Marinha Grande |
| 15 - Mortágua | 48 - Funchal |
| 16 - Tondela | 49 - Altares |
| 17 - Idanha-a-Nova | 50 - Angra do Heroísmo |
| 18 - Grândola | 51 - Feteira |
| 19 - Faro | 52 - Pampilhosa |
| 20 - Santiago do Cacém | 53 - Estarreja |
| 21 - Estreito de Câmara de Lobos | 54 - Peso da Régua |
| 22 - Vila das Aves | 55 - Paços de Ferreira |
| 23 - Barcelos | 56 - Mirandela |
| 24 - Quara | 57 - Campo Maior |
| 25 - Pombal | 58 - Montijo |
| 26 - Bustos | 59 - Amarante |
| 27 - Melgaço | 60 - Marco de Canaveses |
| 29 - Alcácer do Sal | 61 - Moita |
| 30 - Odemira | 62 - Oliveira de Azeméis |
| 31 - Monchique | 63 - Seixal |
| 32 - Vila Nova da Barquinha | 64 - Caldas da Saúde |
| 33 - Figueiró dos Vinhos | 65 - Valongo |

.../

- | | |
|----------------------------------|------------------------------|
| 66 - Mafra | 102 - Mêda |
| 67 - Bucelas | 103 - Penedono |
| 68 - Montemor-o-Velho | 104 - Resende |
| 69 - Soure | 105 - Pinhel |
| 70 - Moreira da Maia | 106 - Penacova |
| 71 - Corvo | 109 - Maia |
| 72 - Tomar | 110 - Vila da Feira |
| 73 - Santa Cruz | 111 - Avis |
| 74 - Machico | 112 - Alcochete |
| 75 - Calheta | 113 - Serpa |
| 76 - Santana | 114 - Vila Nova de Famalicão |
| 77 - Ponta do Sol | 115 - Almeirim |
| 78 - Porto Santo | 116 - Alferrarede |
| 79 - Vila Franca do Campo | 117 - Ferreira do Alentejo |
| 80 - Horta | 118 - Ribeira Grande |
| 81 - Figueira de Castelo Rodrigo | 119 - Nordeste |
| 82 - Ribeira Grande | 120 - Lagoa |
| 83 - Porto Moniz | 121 - Vila Nova de Poiares |
| 85 - Moimenta da Beira | 122 - Celorico da Beira |
| 86 - Santarém | 123 - Praia da Victória |
| 87 - Ponta Delgada | 124 - Redondo |
| 89 - Águeda | 126 - Praia do Ribatejo |
| 90 - Albergaria-a-Velha | 127 - Guimarães |
| 91 - Entrocamento | 128 - Ermesinde |
| 92 - Lourinhã | 129 - Avintes |
| 93 - Loures | 130 - Sever do Vouga |
| 94 - Arganil | 131 - Vieira do Minho |
| 95 - Coja | 132 - Manteigas |
| 97 - Castro Daire | 133 - Lages do Pico |
| 98 - Tarouca | 134 - Abrantes |
| 99 - Nelas | 135 - Tramagal |
| 100 - Carregal do Sal | 136 - Armamar |
| 101 - Trancoso | 137 - Mogadouro |

.../...

.../

- 138 - Covilhã
- 139 - Arouca
- 140 - Montemor-o-Novo
- 141 - Topo
- 142 - Santo Antão
- 143 - Alhos Vedros
- 144 - Anadia
- 145 - Fânzeres
- 146 - Fornos de Algodres
- 147 - Vila Nova de Foz Côa
- 148 - Oliveira do Bairro
- 149 - Moura
- 150 - Vila Real
- 151 - Póvoa do Varzim
- 152 - Buarcos
- 153 - Estremoz
- 154 - Beja
- 155 - S. João da Madeira
- 156 - Caldas da Rainha
- 157 - Vale de Cãmbra
- 158 - Oliveira do Hospital
- 160 - Portalegre
- 161 - Mora
- 162 - Peniche
- 163 - Benavente
- 164 - Espinho
- 165 - Arraiolos
- 166 - Cadaval
- 167 - Penafiel
- 168 - Cascais
- 169 - Elvas
- 170 - Bragança

SUMÁRIO

	Págs.
INTRODUÇÃO	1
CONCEITOS OPERATIVOS	4
AS BIBLIOTECAS DE LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL	7
Breve resenha histórica	7
Situação actual das bibliotecas municipais	11
PLANO E PROPOSTAS DE ACÇÃO	15
Descrição	15
Previsão de custos	24
Pessoal. Formação e carreiras	44
Outras acções convergentes	47
Os apoios exteriores para a rede de leitura pública.....	50
NOTA FINAL	53
ANEXO A - Despacho 23/86 da Secretária de Estado da Cultura	
ANEXO B - Bibliografia base	
ANEXO C - Guia das bibliotecas municipais	
ANEXO D - A leitura pública em Portugal: manifesto	
ANEXO E - Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública	
ANEXO F - Curso técnico-profissional BAD: Plano de estudo	
ANEXO G - Lista das bibliotecas fixas da Fundação Calouste Gulbenkian	